

RENDA SOCIAL DO NORDESTE

1947/1954

SUMÁRIO: I - Introdução, II - Aspectos Gerais do Nordeste, III- Renda Per-Capita; IV- Renda Real; V- Renda Total.

GENIVAL DE ALMEIDA SANTOS ⁽¹⁾

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa precìpuaente a utilizar as estimativas da Renda Nacional feitas pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, para o estudo dos níveis médios de renda e da estrutura e do comportamento da renda social do Nordeste no decurso do período 1947/54. Trata-se, em resumo, de uma tentativa de descrição dos aspectos marcantes da economia nordestina naquele período de tempo. O confronto com outras regiões do País nos permite um conhecimento mais seguro da posição relativa da região dentro da economia nacional. Com êsse fim utilizamos duas medidas de renda: 1.º) renda per-capita, em têrmos nominais, tanto da população total como da população econ micamente ativa; 2.º) renda total, distribuída segundo os setores da atividade econômica e os tipos de pagamento aos fatores da produção.

O conceito básico utilizado é o de renda social ao custo dos fatores, expressa comumente em cruzeiros correntes, salvo referência expressa em contrário.

O nosso contacto com o Nordeste se inicia, neste trabalho, por uma informação sumária sôbre a extensão geográfica, a população e a renda social da região. Logo verificaremos que se trata de uma região onde vive quase 1/4 da população brasileira, com a mais baixa renda per-capita do País. O melhor conhecimento da região exige, porém, maiores detalhes sôbre a renda per-capita. Quais são

(1) O autor torna público os seus agradecimentos aos seus colegas Economistas Isaac Kerstenetzky, Julian Magalhães Chacel e Luiz de Magalhães Botelho, da Equipe da Renda Nacional, do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, cujas críticas e sugestões ao texto original dêste trabalho, muito contribuíram para aprimorá-lo, sem que disso lhes advenha qualquer responsabilidade pelos conceitos, observações e omissões nêle existentes. Agradece, outrossim, a prestimosa colaboração dos acad micos José Carlos Vieira de Figueiredo, Gustavo Heitor Kastrup, Angelo Jorge de Souza, Janis Angelo de Souza, Dieter Studt e José Abouche, bolsistas estagiários do Instituto Brasileiro de Economia, sem a ajuda dos quais não lhe teria sido possível preparar no devido tempo os quadros e tabelas estatísticas utilizados para êste fim.

mais precisamente as diferenças de renda média entre as populações do Nordeste e de outras regiões brasileiras? Para responder a esta pergunta não nos parece suficiente alinhar estimativas da renda per-capita da população total. Parece-nos bastante útil estimar também a renda média da população economicamente ativa, segundo os setores de origem da renda, com o que obtemos, de certo, uma medida de produtividade média pecuniária. As comparações que se podem então estabelecer, mesmo em termos de renda nominal, são muito significativas.

Estimados os montantes da renda per-capita, nas modalidades a que nos referimos, e observadas as suas variações no curso do tempo, em confronto com outras regiões do País, cabe indagar das causas do nível dessa renda e das suas modificações no período considerado. Impõe-se, então, o exame da estrutura econômica, conjugando-se os dados referentes à distribuição da renda por setores de origem com os de população economicamente ativa também distribuída por idênticos setores. Esta parte se completa com a análise da distribuição da renda social por tipos de pagamentos ⁽¹⁾.

Conquanto pretendamos descer a pequenos detalhes no exame da composição da renda social do Nordeste no período considerado, não nos propomos, entretanto, a uma análise exaustiva das causas determinantes da perda de posição relativa do Nordeste na economia nacional.

II - Aspectos Gerais

A área geográfica denominada Nordeste nesta análise coincide com a divisão regional do País adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Compreende, portanto, os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e o Território Federal de Fernando de Noronha. Esta região tem 972 mil quilômetros quadrados, cobrindo, portanto, 11,4% do território nacional. Sua população era de 12,5 milhões de habitantes em 1950 ⁽²⁾, ou seja 24% da população brasileira. Houve um aumento de 2,5 milhões de pessoas entre 1940 e 1950, quando a densidade atingiu a 13 habitantes por km². 27% dessa população se localiza no Estado de Pernambuco e 22% no Ceará, seguindo-se, em ordem decrescente, os Estados de Paraíba (14%), Maranhão (13%), Alagoas (9%), Piauí e Rio Grande do Norte (8%).

(1) Salários e Ordenados, lucros, juros e aluguéis, ou seja renda nacional do Brasil. 1954, pág. 28.

(2) Serviço Nacional de Recenseamento. I.B.G.E. Anuário Estatístico ou social a custo dos fatores.

A população nordestina, que representou, ao longo do período 1947/1954, 24% da população nacional, produziu aproximadamente, nesse período, em média, apenas 10% da Renda Nacional⁽¹⁾. Isto significa, desde logo, uma renda per-capita mais baixa no Nordeste do que no conjunto do País. Esta inferioridade não se restringe, aliás, à comparação com a média nacional, ou com a média de uma ou outra região. É observada, na verdade, no confronto com qualquer das grandes regiões mesmo — embora em menor grau — relativamente àquelas, como o Norte e o Centro-Oeste, que produzem parcelas bastante menos importantes da renda nacional.

Quanto à estrutura da economia nordestina, predominam as atividades primárias⁽²⁾, que absorvem 79% da população economicamente ativa da região⁽³⁾ e produziram 40%, em média, da renda social da região no período 1947/1954. A participação desse setor na renda regional tornou-se mais importante no *transcurso* do período, subindo de 37%, no biênio 1947/1948, para 41%, no biênio 1950/1951, e 40% no biênio final. Este movimento ascendente da percentagem representativa das atividades primárias aparece também no total nacional da renda. As percentagens nacionais naqueles três biênios foram 31, 32 e 34%, respectivamente. Para estes resultados concorrem certamente outras regiões do País, notadamente os Estados do Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e até mesmo São Paulo, embora em proporção diminuta.

III - Renda Per-Capita

A - População Total

A renda per-capita da população nordestina foi mais baixa do que a das populações das demais regiões brasileiras ao longo de todo o período 1947/1954. Os dados da renda nacional e da população disponíveis permitem a estimativa de uma renda média anual de Cr\$ 3.200,00 para o conjunto do Nordeste em 1954. No biênio 1953/1954, a média anual nordestina (Cr\$ 2.900,00) representou 39% da média nacional e 39% e 26% da média das regiões Leste e Sul, respectivamente. A estimativa para todo o período 1947/1954 revela, outrossim, um distanciamento crescente, neste particular,

(1) Renda Nacional ao Custo dos Fatores das atividades secundárias e terciárias e de algumas atividades primárias e renda bruta da agricultura. Trata-se, outrossim, de renda nominal.

(2) Agricultura, produção animal, caça, pesca e floresta.

(3) Censo Demográfico de 1950.

entre o Nordeste e as regiões Leste, Sul e Centro-Oeste, desde o início do período. Relativamente à região Norte, a diferença diminuiu no biênio 1950/1951, mas ampliou-se no biênio 1953/1954. Em consequência, a percentagem representativa da renda média nordestina sobre a média nacional passou de 47% no biênio 1947/48, a 46% no biênio 1950/1951 e, finalmente, a 39% no biênio 1953/54. Houve, por conseguinte, uma diminuição da taxa de crescimento da renda per-capita da população nordestina, mais acentuada na segunda metade do período.

A comparação com algumas zonas mais restritas de outras regiões do País oferece resultados ainda mais significativos. Assim é que a renda média do Nordeste representou, no biênio 1953/1954, 21, 35, 38, 41 e 50 por cento das médias dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, respectivamente. A comparação com o Distrito Federal — 13% — parece-nos menos indicada, uma vez que a capital da República concentra atividades secundárias e terciárias. Não existe aí um setor primário importante, como nas demais Unidades da Federação, que concorre para a redução da renda média geral.

A renda média mais alta naquela região é a do Estado de Pernambuco — Cr\$ 4.000,00 em 1954 e Cr\$ 3.800,00 no biênio 1953/1954. No outro extremo da série está o Piauí, com o nível mais baixo do Brasil — Cr\$ 2.000,00 anuais em 1954 e, em média, Cr\$ 1.800,00 no biênio 1953, 1954. As médias mais baixas do Nordeste são encontradas na área compreendida pelos Estados do Piauí e Maranhão. Vem a seguir, o Ceará, com uma renda per-capita pouco maior do que a do Maranhão.

As médias obtidas são, como se vê, infelizmente muito baixas. É provável que, na realidade, os algarismos sejam mais elevados. Temos a impressão, todavia, de que os nossos cálculos não estão muito longe dessa realidade. Isto porque, ainda admitindo, por absurdo, que a subestimativa compreendida nos cálculos do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, seja da ordem de 30% — o que significaria uma renda nacional de 600 bilhões de cruzeiros em 1954, em vez dos 464⁽¹⁾ bilhões estimados pela referida Instituição — ainda assim encontraríamos rendas médias bastante reduzidas.

O cotejo dos dados constantes do quadro 5 deixa bem claras as diferenças generalizadas entre os crescimentos da renda total

(1) Soma das rendas sociais das Unidades Federadas.

e da renda per-capita da população total. A menor taxa de incremento desta última decorre, obviamente, do fato da taxa de crescimento da população total ter sido inferior à da renda.

A renda per-capita é, sem dúvida, um bom indicador da relação renda-população. Há, contudo, uma outra maneira de relacionar a renda à população que nos parece bastante útil. Não se trata tanto de estimar as cifras da renda per-capita, mas de calcular a relação entre as distribuições percentuais da renda e da população no território nacional. Temos, desse modo, informações mais completas sobre a distribuição da renda entre as populações das várias regiões do País, o que também serve como indicação das diferenças prováveis entre os níveis da renda média dessas regiões.

Conforme assinalamos inicialmente, o Nordeste foi habitado, em média, no período 1947/1954, por 24% da população brasileira. Esta parcela da nossa população produziu, então, apenas 10% da renda nacional. Daí decorre o mais baixo coeficiente (0,4) representativo das distribuições da renda e da população no País. Isto caracteriza, indubitavelmente, um quadro muito diferente do que deparamos, por exemplo, na região Sul, onde 33% da população produziram 49% da renda nacional. A relação entre as distribuições da renda e da população foi, aí, de 1,50 — a mais alta do Brasil. Quanto maior este coeficiente, maior a parcela da renda produzida que cabe à população.

Embora não disponhamos de estimativas da renda real segundo as regiões, acreditamos que os cálculos desse coeficiente com base na renda nominal pode ser de alguma valia para o estudo comparado das economias regionais que compõem a economia nacional, mesmo no caso de um País da extensão geográfica do Brasil. Partindo desse pressuposto, calculamos os coeficientes correspondentes a cada região, os quais foram reunidos no quadro 6. O Nordeste aparece aí com o coeficiente mais desfavorável em todo o período 1947/1954. Ainda mais, com uma tendência decrescente, que é observada também na região Norte. Somente as regiões Sul e Centro-Oeste apresentam coeficientes crescentes, sendo praticamente constantes os coeficientes da região Leste.

A análise da situação de cada um dos Estados nordestinos revela, porém, que um deles, Pernambuco, escapa, sob este aspecto, pelo menos em parte, a essa posição de inferioridade em face de todo o resto do País. De fato, o coeficiente encontrado em Pernambuco não é só o mais alto do Nordeste. É também mais elevado do que os da região Norte e os de Sergipe e Bahia, estes dois Es-

tados pertencentes, como é sabido, à região Leste. É grande a diferença entre Pernambuco e os demais Estados nordestinos, particularmente Piauí e Maranhão.

Relativamente à renda per-capita, as diferenças entre Pernambuco e as demais Unidades Federadas do Nordeste se modificaram entre os biênios inicial e final. Podemos dizer, em síntese, que tais diferenças diminuíram em relação aos Estados de Alagoas, Paraíba e Maranhão, e aumentaram em relação aos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

B - Renda Per-capita da População Economicamente Ativa ⁽¹⁾

1 - Dados Gerais

A renda média anual da população economicamente ativa do Nordeste foi de aproximadamente Cr\$ 8.000 no biênio 1953/1954. A média nas regiões Leste e Sul foi da ordem de Cr\$ 19.000 e Cr\$ 36.000, respectivamente, na mesma época. Isto representa um aumento de 88% no Nordeste, 112% no Leste e 195% no Sul, em relação aos dados de 1947/1948.

Na primeira metade do período considerado as diferenças entre o Nordeste e a quase totalidade das demais grandes regiões do País⁽²⁾ foram menores, entretanto, no que respeita à renda média da população economicamente ativa do que em relação à renda média da população total. Este fato parece decorrer, em parte, pelo menos, da desigualdade de posição relativa da população economicamente ativa dentro da população total no Nordeste e Sul. As percentagens, a esse respeito, foram, em 1950, 36 e 40%, respectivamente, o que evidencia u'a maior quantidade de pessoas da população total para cada pessoa da população economicamente ativa no Nordeste.

Relativamente à região Sul, por exemplo, cujos dados econômicos mais se distanciam dos do Nordeste, as diferenças, em favor do Sul, variaram entre 190 e 192% para a renda média da população

⁽¹⁾ A população economicamente ativa é constituída dos indivíduos que aparecem nos resultados do censo demográfico de 1950 distribuídos segundo os ramos de atividade, exceto atividades domésticas não remuneradas, escolares e inativos. Foi feita uma correção para o caso da população classificada na agricultura, para efeito de manter a comparabilidade com os resultados do Censo de 1940. Representa, aproximadamente, 38% da população total do Brasil naquele ano.

⁽²⁾ Excetuada, apenas, a região Norte.

economicamente ativa, e entre 220 e 224% para a renda média da população total, nos biênios 1947/1948 e 1950/1951, respectivamente. No final do período, entretanto, essas posições estavam invertidas, sendo de notar, ademais, o alargamento da diferença entre as duas regiões. Assim é que no biênio 1953/1954 as diferenças em foco foram, em favor do Sul, de 357% para a renda média da população economicamente ativa e 286% para a renda média da população total. Foi enorme, portanto, o crescimento da renda produzida pela população economicamente ativa da região Sul. Cumpre assinalar, aliás, que isto ocorreu também em relação às demais regiões do País. Se particularizarmos um pouco mais a análise, veremos que o índice excepcionalmente alto encontrado no Sul foi grandemente influenciado pelo elevado índice do Estado de São Paulo, o qual apresenta um aumento de 224% entre os períodos 1950/1951 e 1953/1954.

Observa-se, ademais, que a renda produzida, em média, pela população economicamente ativa do Nordeste cresceu à taxa constante de 37% entre os biênios 1947/1948, 1950/1951 e 1953/1954. Já na região Sul encontramos uma taxa fortemente crescente, a qual se elevou de 38% entre o primeiro e o segundo, para 114% entre o segundo e o terceiro biênios. Isto nos parece bastante significativo, do ponto de vista do aumento continuado das diferenças entre as duas regiões citadas. É oportuno ressaltar, outrossim, que entre os biênios 1950/1951 e 1953/1954 a renda per-capita da população total aumentou de 64% no Sul e de apenas 38% no Nordeste.

Entre os Estados nordestinos verifica-se, durante todo o período, a tendência unânime de menores diferenças entre as rendas médias da população economicamente ativa do que as diferenças de rendas médias da população total. Tomemos para termo de comparação os resultados obtidos para Pernambuco, Estado que apresenta a um só tempo as médias mais altas⁽¹⁾ e a menor proporção entre indivíduos da população total para cada indivíduo economicamente ativo. Parece provável que as diferenças de renda média da população total entre as Unidades Federadas economicamente mais desenvolvidas dessa região se explicam, em grande parte, por variações do número médio de pessoas que corresponde a cada indivíduo economicamente ativo. São bem sugestivos, a esse res-

(1) No biênio 1950/1951, Cr\$ 2.700,00 anuais para a população total e Cr\$ 6.900,00 para a população economicamente ativa.

peito, os algarismos representativos do Rio Grande do Norte e Ceará. Relativamente à renda média da população economicamente ativa, em 1950/1951, o índice do Rio Grande do Norte excede o de Pernambuco por um ponto. O do Ceará lhe é inferior por 4 pontos. No que respeita à renda média da população total os índices do Rio Grande do Norte e do Ceará são menores, entretanto, do que o de Pernambuco, por 11 e 26 pontos, respectivamente. O cálculo do número médio de pessoas da população total para cada pessoa da população economicamente ativa em 1950 nos dá 2,5 em Pernambuco, 2,9 no Rio Grande do Norte e 3,1 no Ceará. Como seria de esperar, aqui também as rendas médias encontradas para o Maranhão e Piauí são as mais baixas do Nordeste. Representaram de 50 a 60%, aproximadamente, da média pernambucana no curso do período analisado, durante o qual, aliás, esses dois Estados trocaram de posição, aparecendo o Piauí na situação mais desvantajosa no fim do período. A diferença aqui assinalada é apenas um pouco menor do que a que foi estimada para a população total.

Outro aspecto dos confrontos econômicos entre regiões e Unidades Federadas brasileiras que nos parece interessante é o que focaliza a desigualdade de rendas médias da população economicamente ativa entre os grandes grupos de atividades primárias, secundárias e terciárias. As menores desigualdades, neste particular, são encontradas na região Sul.

Para dar uma expressão quantitativa de fácil apreensão a essas diferenças calculamos um coeficiente representativo da relação entre percentagens da renda produzida e percentagens correspondentes da população economicamente ativa, a exemplo do que fizemos para a população total. Quanto mais alto o coeficiente, maior a renda produzida por pessoa economicamente ativa. Observa-se, então que na região Sul os coeficientes correspondentes àqueles três grandes grupos de atividades foram, em 1950, 0,6, 1,4 e 1,6 respectivamente. No Nordeste obtivemos 0,5, 1,9 e 3,0. Em outros termos, a desigualdade na distribuição da renda entre a população economicamente ativa dos três grandes grupos de atividades é duas vezes maior no Nordeste, relativamente à que se observa no Sul. Pode-se dizer mesmo que elas diminuem, de um modo geral, à medida em que descemos do Norte para o Sul. E entre as Unidades Federadas nordestinas elas são maiores nos Estados mais setentrionais — Piauí e Maranhão — e nos mais meridionais — Pernambuco e Alagoas. As menores desigualdades ocorrem na Paraíba.

O confronto com Unidades Federadas de mais acentuado desenvolvimento econômico nos parece bastante sugestivo. É digno de nota, por exemplo, que essas desigualdades sejam menores no Paraná e em São Paulo.

2 - Renda Média Anual em Cada Grande Setor de Atividade

1 - Atividades Primárias⁽¹⁾

A renda anual da população ocupada nas atividades primárias do Nordeste foi estimada em Cr\$ 3.000,00 para 1950. Temos, no mesmo ano, Cr\$ 4.600,00 na região Leste e Cr\$ 9.400,00 na região Sul. A média nacional foi, então, Cr\$ 5.500,00. Estas variações de uma região a outra decorrem, em geral, de diferenças de produtividade, ou de diferenças na natureza dos produtos — que redundam em diferenças de preços por unidade de produto — ou das duas coisas ao mesmo tempo. No caso em aprêço, observa-se, por um lado, diferenciação de produtividade, pelo menos no que diz respeito aos principais produtos da agricultura nordestina. Por outro lado, as extensas plantações de Café em alguns Estados das regiões Leste e Sul justificariam, por si só, as rendas médias mais altas nas atividades primárias destas regiões.

Não há dúvida de que estas cifras estão subestimadas. É provável que uma parte da renda da população ativa consista em produtos de pequenas lavouras e de pequenas criações de animais domésticos, que escapam aos levantamentos estatísticos correntes. De qualquer forma, os Cr\$ 3.000,00 anuais de 1950 representam a capacidade média de compra dos inúmeros bens e serviços do próprio setor primário e, bem assim, dos setores secundários e terciários, que compõem, como se sabe, uma parte substancial do consumo das populações contemporâneas. Dentre estes muitos são originários dos distantes centros industriais e agropastoris do Sul e do Leste. Fala-se mesmo de alguns que são importados do estrangeiro diretamente para o Sul e daí remetidos para o Nordeste. Os seus preços de venda no Nordeste refletem, por conseguinte, os altos custos da vida das zonas de origem, agravados pelos processos de comercialização e dos transportes a longas distâncias, que nem sempre são os mais eficientes e baratos. Sob este aspecto

(1) Atividades agropecuárias, caça, pesca e floresta, reunidas sob a denominação geral de Agricultura nos levantamentos do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas.

não há negar que mesmo uma renda média 50% mais elevada ainda representaria um fraco poder de compra e condicionaria, portanto, um baixo padrão de vida. As repercussões desse fato sobre o conjunto da economia e, em consequência, sobre o nível geral médio da renda da região são mais desfavoráveis no Nordeste do que nas regiões Leste e Sul, especialmente nesta. É que as atividades primárias nordestinas, além de proporcionarem uma renda média anual bastante mais reduzida, absorvem uma percentagem bem maior da população economicamente ativa. Os números adiante especificados exprimem claramente essa situação.

Quanto à renda média da população ativa deste setor, os Estados da região em estudo se reúnem em três grupos distintos, segundo os dados de 1950. O primeiro constituído do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, com as médias mais altas — Cr\$ 4.000, Cr\$ 3.900 e Cr\$ 3.600 anuais, respectivamente. O segundo compreende Pernambuco e Alagoas, com Cr\$ 2.900 cada qual. O terceiro, de média mais baixa, composto do Maranhão e Piauí, com Cr\$ 1.700 e Cr\$ 1.600, respectivamente.

Verifica-se, desse modo, que os rendimentos médios mais altos para a população economicamente ativa ocorrem nos Estados de predominância do algodão. Seguem-se, em ordem decrescente das rendas médias, as Unidades Federadas em que predominam a cana de açúcar, o babaçu e a cêra de carnaúba.

As condições mais desfavoráveis do Nordeste, neste setor de atividades, parece se localizarem, entretanto, no Piauí, onde 86% da população ativa produz apenas 38% da renda social, no Maranhão, onde 86% da população ativa produz 41% da renda, e em Pernambuco, onde 72% da população ativa produz somente 33% da renda. A relação entre as percentagens da renda e da população se exprime, por isso, nesses Estados, pelos menores coeficientes do nordeste: 0,4 no Piauí e 0,5 no Maranhão e em Pernambuco.

2 - Atividades Secundárias

A parte da população economicamente ativa do Nordeste ocupada nas indústrias obteve uma renda média anual de Cr\$ 10.400 em 1950. Nas regiões Leste e Sul essa média atingiu, então, aos montantes de Cr\$ 20.300 e Cr\$ 22.200, respectivamente. Em tôdas as regiões do País, como era de esperar, obviamente, o rendimento social médio em termos nominais é muito mais alto nas atividades secundárias do que nos ramos primários. Esta desi-

gualdade na distribuição da renda entre os dois mencionados setores da economia é, entretanto, maior no Nordeste (3,5 vezes) do que no sul (2,4 vezes) e menor naquela região do que nas regiões Norte, Leste ⁽¹⁾ e Centro-Oeste. No Nordeste as maiores desigualdades ocorrem no Maranhão (5,5 vezes) e no Piauí (4,9 vezes) e as menores, no Rio Grande do Norte (2,5 vezes) e na Paraíba (2 vezes), onde se encontra também a renda média mais baixa do setor Cr\$ 7.600. O grau de desigualdade registrado na Paraíba é, aliás, bastante aproximado do que se observa nos Estados de São Paulo e Paraná.

Esse rendimento médio mais elevado corresponde, em geral, a uma percentagem da população economicamente ativa muito menor no Nordeste (6%) do que no Leste (11%) e no Sul (16%). No Nordeste os dados mais significativos, a este respeito, são os de Pernambuco, em um extremo, com 8,4% da população ativa e uma renda média de Cr\$ 12.000 aproximadamente, e os do Maranhão, no outro extremo, com 2,8% da população ativa e uma renda média de Cr\$ 9.300 aproximadamente.

A diferença entre o Nordeste e o Sul ⁽²⁾ é menor, porém, neste setor do que nas atividades primárias.

3 - Atividades Terciárias

Encontramos neste setor, em todas as regiões do País, as rendas médias mais altas. E aqui a diferença entre o Nordeste e as demais regiões é menor do que a que registramos nos dois setores anteriormente analisados. A média nordestina em 1950 foi Cr\$ 16.500, enquanto as das regiões Leste e Sul foram Cr\$ 24.000 e Cr\$ 25.700, respectivamente. Quanto à região Sul temos, por conseguinte, em seu favor, uma diferença de 56% na renda média deste grupo de atividades, contra 213% e 114% nas atividades primárias e secundárias, respectivamente.

A parte da população economicamente ativa que produz, e se beneficia, em consequência, deste nível de renda média relativamente mais elevado é mais importante aqui do que no setor secun-

(1) Se excluirmos o Distrito Federal do conjunto das Unidades Federadas compreendidas na região Leste — pelas razões expostas em a nota seguinte — verificaremos que a desigualdade observada no Nordeste também é maior do que a que ocorre no Leste.

(2) A comparação com a região Leste não apresenta interesse, pois ela inclui o Distrito Federal, que possui grande atividade industrial e praticamente nenhuma atividade agropecuária. Isto tende a exagerar a importância do setor secundário em detrimento do setor primário da região.

dário. São aproximadamente 15% dessa população no Nordeste e 26% no Leste e no Sul.

As diferenças de renda média entre os três grandes setores da atividade econômica são maiores no Nordeste do que nas regiões Leste, Sul e Centro-Oeste. As dificuldades observadas no Nordeste só são menores, por conseguinte, do que as da região Norte. Em termos quantitativos tais diferenças foram, em 1950, na região em estudo, da ordem de 60% entre os setores terciário e secundário e de 450% entre os setores terciário e primário. Já no Sul foi registrada a pequena diferença de 16% entre os setores terciário e secundário e de 173%, como assinalamos anteriormente, entre os setores terciário e primário. Quanto aos Estados nordestinos, o confronto entre a renda média das pessoas ocupadas nesses setores de atividade oferece os seguintes resultados para 1950:

1) diferenças entre as rendas médias nos setores terciário e primário.

Os maiores afastamentos foram registrados no Piauí e no Maranhão. A média nas atividades terciárias é, nesses Estados, aproximadamente, 10 vezes maior do que a dos ramos primários, e corresponde a somente 11% das suas respectivas populações ativas. Esta parcela relativamente pequena da população economicamente ativa produziu, entretanto, em 1950, mais de 50% da renda social dessas Unidades Federadas.

A menor diferença, da ordem de 4 vezes, aproximadamente, ocorre no Rio Grande do Norte, onde as atividades terciárias ocupam 17% da população economicamente ativa, mas produzem uma proporção um pouco menor da renda social do Estado (43%).

A situação no Nordeste é bem diversa, portanto, da que se verifica em outras zonas mais desenvolvidas do País, tais como os Estados de São Paulo e Paraná, nos quais a renda média no setor terciário é apenas 2,5 vezes, aproximadamente, maior do que a dos ramos primários.

2) diferenças entre as rendas médias nos setores terciário e secundário.

A maior desigualdade foi observada no Piauí, onde a média nas atividades terciárias é 2 vezes maior do que nas atividades industriais. Em termos percentuais temos aí, uma diferença de 113%.

A menor diferença foi encontrada em Pernambuco, da ordem de 46%.

A comparação com Estados da região Sul é também aqui interessante. A maior diferença nesta região ocorre no Paraná, da

ordem de 29%, e a menor, no Rio Grande do Sul, de apenas 4%. Em São Paulo a percentagem é 19%.

IV - Renda Real

Não existem ainda em nosso País índices de preços adequados ao cálculo da renda real nas diversas regiões que o compõem. Qualquer veleidade de dar expressão quantitativa às diferenciações de níveis de vida entre os vários grupos populacionais do País obriga o pesquisador, em consequência, a procurar utilizar outros elementos informativos menos consistentes. Com êsse fim reunimos as únicas informações de que temos notícia, e que nos parecem capazes de fornecer alguma indicação sôbre as diferenças reais de renda entre as várias regiões do País. São: a renda nominal per-capita, e os levantamentos feitos pela extinta Comissão Nacional do Bem-Estar Social, em agosto de 1952. Êstes levantamentos visaram a fixar "aspectos do padrão de vida de famílias operárias industriais".

A renda nominal per-capita constitui uma indicação muito útil, que permite situar o Nordeste em face das demais regiões. As comparações feitas entre regiões de um mesmo país em uma mesma época sempre dizem algo sôbre o padrão de vida dos grupos populacionais comparados. É possível que o valor do dado diminua se tomarmos um item particular dentre os que compõem o agregado de bens e serviços consumidos. É o caso especial do item alimentação. Assim é que uma renda per-capita muito menor nas populações ocupadas em atividades agropecuária do que em atividades secundárias e terciárias, pode não significar, na realidade, uma diferença de mesmo grau na quantidade e na qualidade dos gêneros alimentícios consumidos. Mas é notório que as populações rurais, sobretudo em nosso País, consomem uma variedade muito menor quando mais não seja de outros bens e serviços.

Quanto ao inquérito de padrão de vida levado a efeito pela extinta Comissão Nacional do Bem-Estar Social, os algarismos então recolhidos oferecem certo interêsse para o quadro de indicações que estamos tentando compor, malgrado a limitação do número de famílias inquiridas. Assim é que, tomadas 775 famílias de operários nordestinos, 1.194 do Leste e 1.009 do Sul, escolhidas em diferentes cidades⁽¹⁾, verifica-se que as despesas de alimentação

(1) Vêde Anuário Estatístico do Brasil, Ano 1953, pág. 343/344.

são proporcionalmente mais importantes no Nordeste,⁽¹⁾ enquanto as de habitação e vestuário são proporcionalmente mais importantes nas regiões Leste e Sul, nas quais, como vimos, os níveis de renda são mais altos.

No que respeita à importância relativa das despesas com alimentação no orçamento das famílias inquiridas, as diferenças então apuradas nos parecem particularmente significativas. Este item é, em geral, segundo a conhecida lei de Engel, proporcionalmente maior quanto menor a renda da família. A sua importância relativa constitui, pois, uma boa indicação do nível de renda real, de grande utilidade para comparações inter-regionais. Estes confrontos levam à conclusão, no caso, de um padrão de vida mais baixo no Nordeste.

Relativamente às despesas de habitação e vestuário, os dados do referido inquérito também nos parecem indicadores do padrão de vida mais baixo da população nordestina. Apesar de as observações de Engel não apresentarem resultados nítidos a esse respeito, temos a impressão de que nos níveis mais baixos de renda — aí incluiríamos desde o limite inferior da escala das rendas até a renda média das camadas inferiores da chamada classe média — há tendência a que as despesas com habitação e vestuário cresçam à medida que a renda crece. São mais altos, por conseguinte, onde a renda é maior. Isto foi verificado, aliás, por Bowley and Allen, na Alemanha, em 1927/28⁽²⁾.

Na maioria dos Estados nordestinos, especialmente na faixa compreendida entre Pernambuco e Ceará, onde vive 70% da população regional, as despesas com alimentação absorvem de 53 a 60% das despesas totais das famílias selecionadas, contra 47 no Distrito Federal, 43 no Estado de São Paulo e 42% no Rio Grande do Sul. Entre os Estados nordestinos a menor percentagem foi encontrada no Maranhão⁽³⁾ (47%) e a maior, na Paraíba (60%). Nos Estados mais populosos, Pernambuco e Ceará, as despesas em referência montam a 53% do total.

Afora esses elementos de referência parece difícil, senão impossível, obter melhores indicações de outras séries estatísticas

(1) 53% no Nordeste, 48% no Leste e 43% no Sul.

(2) "Family Expenditure", Londres, 1935. Citado por T. Tinbergen, em *Econometrics*, 1951, pág. 94/95. The Blakiston Company.

(3) A percentagem encontrada no Maranhão é menor do que supúnhamos. Parece em contradição com o que depreendemos da análise da renda social do Estado. Faz-se mister o estudo de uma amostra maior para a obtenção de resultados que mereçam maior confiança.

existentes. No que respeita a índices do custo da vida, por exemplo, os que existem correspondem a municípios das capitais. Mesmo pondo de lado quais considerações de ordem técnica sobre a composição de tais índices, ainda assim eles não seriam satisfatórios para os confrontos que nos interessam aqui, dadas as disparidades de área geográfica, de população e de renda, entre os municípios das capitais e as regiões que pretendemos comparar.

Tudo quanto poderíamos ver dêste ângulo seria simplesmente que os índices do custo da vida nos municípios das capitais foram, em média, no biênio 1953/54, em alguns casos, mais elevados no Nordeste do que em determinadas zonas da região Sul⁽¹⁾. É uma observação de pouca ou nenhuma valia, se não pudermos estabelecer uma relação com o nível da renda.

V - Renda Total

A - Dados Globais

A renda social do nordeste foi estimada em aproximadamente 44 bilhões de cruzeiros em 1954. Este montante foi alcançado após um firme movimento ascendente através de todo o período, movimento êsse que também ocorreu, não raro com maior intensidade, nas demais regiões do País. Assim é que entre os biênios 1947/48 e 1953/54 a renda social nordestina subiu, em média, de aproximadamente 17 para 39 bilhões de cruzeiros anuais. Houve, pois, um aumento da ordem de 123% entre os dois biênios que delimitam o período em estudo. Nesse mesmo período observamos um incremento de 165% na renda social do Brasil e de 178% na da região Sul. Em consequência, a percentagem, da renda nordestina sobre a renda nacional caiu de 11,1 para 10,8 e 9,4 entre os biênios 1947/48, 1950/51 e 1953/54, respectivamente.

O crescimento da renda social foi menor no Nordeste do que na quase totalidade das demais grandes regiões, excetuada apenas a região Norte. Esta observação ganha, entretanto, maior significado, quando verificamos que, além de menor do que na maioria das outras regiões, a taxa de crescimento da renda social nordestina foi constante (49%) nas primeiras e segunda metades dos oito anos considerados, contrariamente ao que ocorreu em qualquer das demais regiões do País. Nestas circunstâncias, até mesmo a

(1) Índices do S.E.P.T., do Ministério do Trabalho. Nos Estados da região Sul distinguem-se, de um lado, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com índices mais baixos, e, de outro, São Paulo e Paraná, com índices mais elevados.

taxa de crescimento mais alta no Nordeste do que — na região Norte entre os biênios extremos do período em foco (1947/48 e 1953/54) tem a sua significação diminuída pelo fato de a taxa de crescimento do Norte ter ultrapassado a do Nordeste na segunda metade do período, isto é, entre os biênios 1950/51 e 1953/54.

Parece-nos oportuno salientar, outrossim, que a tendência à perda de posição relativa no conjunto da renda nacional não é exclusiva do Nordeste, embora seja aí mais acentuada. Igual tendência é observada também nas regiões Norte e Leste, cujas percentagens de acréscimos são inferiores às das regiões Sul e Centro-Oeste.

B - Posição Específica dos Estados Nordestinos

O Estado de Pernambuco se distingue dentre os demais da região por apresentar simultaneamente a mais alta renda per-capita e a mais alta renda global. Esse Estado produziu uma renda social anual de, aproximadamente, 28 bilhões de cruzeiros no biênio 1953/54, o que representou 3,4% da renda nacional. No outro extremo da escala tivemos o Estado do Piauí, com 4 bilhões de cruzeiros e 0,5% da renda nacional.

Quanto ao volume global da renda social produzida o mais importante Estado nordestino não iguala nem supera qualquer das Unidades Federadas economicamente mais desenvolvidas das regiões Leste e Sul. De fato, menor do que a renda social de Pernambuco, só encontramos nas regiões Leste e Sul, a de Sergipe, Espírito Santo e Santa Catarina. Ainda assim deve considerar-se que a renda per-capita das populações localizadas nestes dois últimos Estados é maior do que a de Pernambuco, e a de Sergipe lhe é apenas um pouco inferior.

Quanto ao crescimento da renda social no decurso do período em exame, há duas observações fundamentais a fazer. Em primeiro lugar verificamos que a taxa de crescimento é inferior a do total nacional em tôdas as Unidades Federadas da região na segunda parte do período, isto é entre os biênios 1950/51 e 1953/54. Este fato já aparecera, aliás, na primeira metade do período, nos Estados do Piauí, Ceará, Pernambuco e Alagoas. A taxa de aumento da renda social desses quatro Estados foi inferior, portanto, à taxa de incremento da renda nacional durante todo o transcurso dos oito anos em tela.

Em segundo lugar, notamos que em alguns Estados, além desse retardamento em relação à taxa de crescimento da renda nacional,

ocorreu também uma redução da taxa de aumento da própria renda social do Estado. Este fato foi registrado com maior intensidade na Paraíba e no Rio Grande do Norte, cujas taxas de incremento da renda social sofreram reduções de 45 e 42%, respectivamente, na segunda metade do período considerado. No Ceará esse recuo foi da ordem de 10%.

C - Distribuição Segundo os Ramos de Atividade.

1 - Considerações Gerais

A economia do Nordeste se caracteriza pela enorme importância das atividades primárias, as quais produziram, no biênio 1953/54, 40% da renda social da região. E, como assinalamos anteriormente, segundo os dados divulgados pelo Serviço Nacional de Recenseamento este setor de atividades ocupava, em 1950, 79% da população economicamente ativa da região.

As indústrias de transformação e de construções, unidas aqui sob a denominação genérica de atividades secundárias, produziram, no referido biênio, apenas 13% da renda social nordestina. Estas atividades ocuparam, como é sabido, 6% da população economicamente ativa em 1950.

Finalmente, coube às atividades terciárias, no biênio em foco, os restantes 47% da renda social, a maior parte dos quais corresponde aos ramos ligados à comercialização dos produtos primários. Dentre estes se destaca o comércio, em posição de primeiro plano, sem paralelo nas regiões mais desenvolvidas do País, com 18% da renda regional.

Examinemos mais de perto a distribuição da renda entre os três grandes setores da economia nordestina.

2 - Renda de Atividades Primárias

.1 - Posição Relativa na Região

Situação em 1953/54

Este grupo de atividades compreende, como vimos anteriormente, o que foi denominado, de modo genérico, renda da agricultura, nas estimativas do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas. Inclui as produções agrícola, animal e derivados, caça e pesca e extrativa vegetal. Malgrado a grande importância desse grupo primário na vida econômica da região, as atividades secundárias e terciárias, adiante especificadas, representam,

entretanto, em conjunto, uma parcela mais significativa da sua renda social. Assim é que a renda anual do setor primário alcançou, em média, aproximadamente, 16 bilhões de cruzeiros, ou seja 40% da renda social regional no biênio 1953/54, cabendo, portanto, aos demais setores os restantes 60%. Essas percentagens diferem, como seria de esperar, das que são observadas em áreas mais desenvolvidas do País. Na região Sul tivemos, por exemplo, 35% e no Estado de São Paulo, apenas 29%. A percentagem nacional foi 34%.

Alguns Estados nordestinos se afastam, porém, significativamente, da média regional. São os casos dos Estados de Pernambuco e Paraíba. Em Pernambuco a contribuição desses ramos primários para a renda social do Estado se reduz a 32%, em média, nos anos 1953/54, diferindo muito pouco, por conseguinte, da média nacional e da média de uma área em grande expansão como a do Estado de São Paulo. A Paraíba, entretanto, coloca-se no extremo oposto, com uma percentagem média de 51%, a mais alta encontrada no nordeste.

As demais Unidades Federadas se agrupam em duas categorias distintas. De um lado, os Estados do Piauí e Ceará, dispostos um pouco abaixo da média regional, e, de outro lado, os Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Maranhão com percentagens mais elevadas, que vão de 44 a 50% da renda social.

A menor participação deste grupo de atividades na formação da renda social dos Estados do Ceará e Piauí não constitui uma indicação de estrutura econômica desenvolvida. Pelo contrário, é indício seguro de um maior grau de pobreza, em consequência da grande percentagem da população economicamente ativa ocupada, nesses Estados, nos referidos tipos de atividades⁽¹⁾.

2 - Evolução

Os resultados médios anuais obtidos no biênio final do período em estudo encerram, em relação ao biênio inicial, uma melhoria de 8% na posição relativa das atividades primárias no conjunto da renda regional. A esse movimento ascendente da importância relativa da renda do setor primário só fez exceção o Estado do Piauí. Ali ocorreu o inverso, ou seja uma diminuição de 12% na posição relativa do setor, a qual desceu de 43,3% para 38,1% da renda social do Estado.

(1) 78% no Ceará e 86% no Piauí, segundo os resultados do Recenseamento de 1950.

A tendência à melhoria da posição relativa dêste setor não é específica, entretanto, da economia nordestina. É quase geral também no resto do País, exceção feita somente da região Norte, onde a diminuição relativa foi, aliás, insignificante.

No Nordeste, a êsse aumento da percentagem representativa do setor primário, correspondeu uma diminuição de posição relativa de alguns ramos das atividades terciárias, tais como Transportes e Comunicações, Comércio e Serviços.

A renda nominal produzida pelas atividades primárias nordestinas cresceu de 140% entre os biênios 1947/48 e 1953/54. Êste crescimento, se bem grande, foi inferior, entretanto, ao que ocorreu nas regiões Leste, Sul e Centro-Oeste e, conseqüentemente, no total nacional da renda do setor. No Sul, por exemplo, o crescimento foi de 193%. A percentagem nacional foi de 186%.

Dentre os Estados nordestinos o Maranhão se distinguiu sobremaneira com um incremento de 251%, o mais alto da região. As demais Unidades Federadas talvez possam ser reunidas em dois grupos. Temos de um lado uma zona contínua de altas taxas de crescimento, constituída pelos Estados de Paraíba, Pernambuco e Alagoas, nos quais a renda do setor cresceu de 138, 142 e 138%, respectivamente. De outro lado, vamos encontrar os três Estados restantes formando uma zona descontínua, com taxas de crescimento muito variadas. Assim é que registramos aumentos de 75% no Piauí, 133% no Ceará e 108% no Rio Grande do Norte.

Estas percentagens são, de modo geral, inferiores às que encontramos em Unidades Federadas mais desenvolvidas do Sul. De fato em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul registramos incrementos da ordem de 189, 286 e 180%, respectivamente.

3 - Crescimento Real

Em termos reais a taxa de aumento da renda dêste setor foi menor no Nordeste do que nas demais regiões do País. Cálculos feitos recentemente no Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas⁽¹⁾ revelam um crescimento real de 12% no Nordeste, entre os biênios inicial e final do período em foco, contra 14% no Norte, 15% no Leste, 29% no Sul e 94% no Centro-Oeste.

Sob êste aspecto o Maranhão reponta também em posição de primeiro plano, dentre as Unidades Federadas da região, com um

(1) Vêde Julian Magalhães Chacel, em Revista Brasileira de Economia, Ano 10, N.º 1.

incremento real de 72%. Os demais Estados reaparecem aqui constituindo os dois agrupamentos acima identificados, os quais se distinguem pela diversidade de comportamento dos respectivos níveis de renda social. No conjunto Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte houve diminuição, especialmente no primeiro e no último. Já nos Estados de Paraíba, Pernambuco e Alagoas houve aumentos estimados em 17, 12 e 15%, respectivamente.

.4 - Posição Relativa no País

O confronto da renda produzida pelo setor primário nordestino com o respectivo total nacional revela um declínio de posição relativa do Nordeste no transcurso do período em estudo. Assim é que a percentagem representativa do Nordeste no total nacional reduziu-se de 13,3 para 11,2% entre os biênios 1947/1948 e 1953/1954. Houve, por conseguinte, uma diminuição de 2,1 pontos entre essas percentagens, o que representa uma perda de cerca de 16% relativamente à posição inicial. Os níveis obtidos pelo setor primário nordestino em 1953 e 1954 são, aliás, os mais baixos do período.

Este movimento descendente parece ter começado em 1952. Já se prolongou, portanto, por três anos, até onde os nossos dados nos informam. Não se trata, pois, de redução limitada a um só ano, como verificado em 1949, logo a seguir compensada pelo incremento obtido no ano seguinte.

A persistência de um fenômeno desta natureza criaria condições econômicas desvantajosas para a região. Estariam reforçados, desse modo, os elementos que propiciam o retardamento da região relativamente ao resto do País. Isto decorre, como é óbvio, das atuais estruturas econômicas do Nordeste e do País, e, bem assim, da ocorrência mais freqüente de melhores possibilidades de desenvolvimento econômico em outras zonas do País.

Essa tendência à perda de posição relativa no plano nacional manifestou-se na quase totalidade dos Estados nordestinos, com maior intensidade no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Excetuou-se apenas o Maranhão, que ascendeu de 1,1 para 1,4% do total nacional.

.5 - Confronto Entre Setores

Do ponto de vista do confronto entre o crescimento da renda do setor primário e o da renda dos demais setores, os Estados nordestinos podem ser classificados em três grupos, quais sejam:

1.º GRUPO — Crescimento da renda do setor primário maior do que nos demais setores. Aí temos Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

2.º GRUPO — Crescimento da renda do setor primário inferior ao dos demais setores. Aqui se classifica rigorosamente apenas o Piauí.

3.º GRUPO — Crescimento da renda das atividades primárias igual ao de um dos mais setores e inferiores ao do setor restante. São os casos: a) do Ceará, onde observamos um aumento igual da renda dos setores primários e secundário, seguido de menor incremento no setor terciário; b) do Rio Grande do Norte, onde encontramos, inversamente, a mesma taxa de crescimento para os setores primário e terciário, inferior, entretanto, à taxa registrada nas atividades secundárias.

Como seria fácil supor, nas Unidades Federadas do primeiro grupo — isto é, aquelas nas quais foi maior a percentagem de aumento da renda do setor primário — ocorreu paralelamente maior incremento da renda per-capita da população total. Isto decorre do fato de uma enorme proporção da população economicamente ativa estar ocupada em atividades primárias.

O menor incremento da renda per-capita (64%) foi registrado no Piauí. O crescimento da renda social nessa Unidade Federada foi de 75% para as atividades primárias, 186% para as secundárias e 109 para as terciárias. O setor secundário, que apresentou, como se vê, alta taxa de crescimento de renda, ocupa, entretanto, somente 3% da população economicamente ativa do Estado enquanto as atividades primárias absorvem 85,6% dessa população.

6 - Distribuição Regional e Estrutura do Setor

Nos anos 1953/54 aproximadamente 29% da renda das atividades primárias da Região foram produzidas em Pernambuco. Seguem-se, dentre os mais importantes, os Estados de Ceará e Paraíba com 18 e 17%, respectivamente. Em último lugar se coloca o Piauí com 3%.

Nesse biênio final do período em estudo, 69% do valor do produto bruto dessas atividades correspondeu à produção das lavouras, cabendo 22% à produção animal e derivados e aproximadamente 9% à produção extrativa vegetal. As médias nacionais para esses três ramos de atividade foram 68, 26 e 6%, respectivamente.

A predominância das lavouras é, pois, um traço característico do setor até mesmo nos dados nacionais. Esta característica é mais acentuada, entretanto, em algumas Unidades Federadas nordestinas.

São os casos de Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte — a maioria, como se vê, dos Estados nordestinos — nos quais as lavouras produziram 78, 76, 73, 70 e 69%, respectivamente do produto bruto do setor.

As atividades primárias também se caracterizam nos Estados do Nordeste — à semelhança do que ocorre em outras partes mesmo mais desenvolvidas do Brasil — pela presença de um ou dois produtos dominantes, cuja posição relativa na economia da região se distancia muito da dos demais produtos. Temos assim, no biênio 1953/54, o arroz e o babaçu no Maranhão — com ligeira predominância do arroz — perfazendo, ambos, 39% do valor da produção primária do Estado; o algodão proponderantemente no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, com as elevadas percentagens de 26, 34 e 28%, respectivamente; a cana de açúcar, com mais de 20%, e a mandioca, com mais de 10% do produto primário, em Pernambuco e Alagoas.

Considerado o conjunto da região, os componentes mais importantes do produto das atividades primárias, do lado das lavouras, são o algodão, a cana de açúcar e a mandioca. Estes três produtos representaram 17, 11 e 9%, respectivamente, do produto bruto do setor primário no referido biênio 1953/54.

Conhecida a importância do setor na formação da renda social das Unidades Federadas da Região, é fácil imaginar-se, à vista dessas percentagens, a posição de extraordinário relêvo de tais produtos na economia da região. Para sermos mais precisos, diríamos que somente na fase agrícola da produção o algodão contribuiu, no período 1953/54, com aproximadamente 7% do montante da renda social do Nordeste, seguido da cana de açúcar com 4,4% e mandioca com 3,6%. As culturas do milho e do feijão se classificaram mais abaixo, cada qual com 2,3%.

Esta perspectiva global das atividades econômicas nos dá a impressão de que o nível da renda social no Nordeste não depende muito de um único produto agrícola⁽¹⁾. A análise do que ocorre em cada Estado revela, porém, uma situação diferente na quase totalidade dos casos. A menor dependência de um produto agrícola líder só se observa realmente em Pernambuco, onde tal produto —

(1) Nos Estados de Paraná, Minas Gerais e São Paulo, por exemplo, existe a liderança mais firme de um só produto, o café. Coube-lhe, no biênio 1953/54, em média, 21, 10 e 9%, respectivamente, da renda social desses Estados, com grande ascendência sobre os produtos classificados em segundo e terceiro lugares.

no caso, a cana de açúcar — representa aproximadamente 7% da renda social do Estado. No Piauí este fato se repete nos anos 1953/54, com uma moderada liderança do babaçu, da ordem de 5% da renda social. No biênio 1947/48, entretanto, a cera de carnaúba ainda contribuía com 16% da renda social do Estado. Nas demais Unidades Federadas nordestinas sempre há um produto que constitui, sozinho, no mínimo 10% da renda social. No Maranhão é o arroz com 10,4%, seguido muito de perto pelo babaçu (9%). É o caso único de dois produtos muito importantes em posições relativas quase iguais. No Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, é o algodão, com aproximadamente, 10, 15 e 14%, respectivamente. Em Alagoas é a cana de açúcar com 11%. Nos Estados onde predomina o algodão são muito maiores as diferenças entre o produto principal e os demais. A quanto monta, porém, a contribuição total desses produtos líderes para a renda social dos mencionados Estados? Uma resposta satisfatória, exigiria, como é óbvio, o conhecimento de informações estatísticas mais minuciosas, que nos permitissem estimar a renda produzida, ou melhor, o valor adicionado, pelos diversos ramos de atividade que intervêm nas várias fases de produção e comercialização desse produto, inclusive instituições financiadoras e o governo. Se a este montante adicionarmos o resultado da industrialização local de tais produtos, é provável que encontremos mais de um caso de economias estaduais ou regionais com decisiva dependência econômica de um só produto. O mais que poderíamos dizer a esse respeito é que este é um quadro econômico muito freqüente no Brasil, quiçá na América Latina.

Foram registradas, porém, no transcurso do período, algumas modificações substanciais na estrutura do setor em alguns Estados. São os casos do Maranhão e do Piauí, nos quais ocorreu enorme diminuição da posição relativa da parte correspondente à produção extrativa vegetal. No Piauí, por exemplo, onde a mudança foi mais profunda, a percentagem representativa da produção extrativa vegetal no produto do setor desceu de 54 para 25% entre os biênios 1947/48 e 1953/54. Simultaneamente, a posição relativa das lavouras passou a ser predominante, havendo a respectiva percentagem atingido a 47%, depois de ter sido 28% no biênio inicial. A renda bruta das lavouras aumentou de 196%, enquanto que a da produção extrativa vegetal diminuiu de 18%. Dêsse modo, a participação das lavouras na formação do produto bruto das atividades primárias subiu de 28%, em média, nos anos, 1947/1948, para 47% nos anos 1953/54. No Maranhão a percentagem correspondente à produção

extrativa vegetal caiu de 40 para 24%, e a das lavouras subiu de 32 para 48% entre os biênios mencionados. Nesses dois Estados a produção extrativa vegetal perdeu, assim, no decurso do período em estudo, a sua primitiva posição de primeiro plano, passando a ocupar o último lugar entre os três ramos básicos componentes do setor.

Quanto à produção animal, a sua importância relativa só diminuiu nos Estados de Ceará e Pernambuco, exatamente onde a taxa de aumento do produto bruto do ramo se situou em torno de 100%, a menor registrada na região.

Segundo sugerem os dados em referência, essas modificações chegaram a constituir, portanto, uma mudança substancial na estrutura do setor nos Estados do Maranhão e Piauí. Nessas duas Unidades Federadas foram registradas as mais altas taxas de crescimento do produto bruto das lavouras e da produção animal.

Podemos dizer que uma característica geral do comportamento dos ramos componentes do setor, no Nordeste, foi a ocorrência de uma taxa de crescimento do produto bruto da produção extrativa vegetal menor — em alguns casos muito menor — do que a de crescimento do produto das lavouras. O Piauí apresenta o caso único de diminuição do valor do produto das atividades extrativas vegetais. Quanto às repercussões desses fatos sobre a Renda Social dos Estados nordestinos é possível registrar algumas observações que nos parecem significativas. É digno de nota, inicialmente, o crescimento continuado da importância das lavouras na composição do produto social. O Rio Grande do Norte foi a única exceção. São mais pronunciadas, a este respeito, as alterações havidas no Maranhão e no Piauí. No Maranhão, por exemplo, a percentagem do produto das lavouras sobre a Renda Social do Estado subiu de 12 para 24%. O crescimento do valor do produto das lavouras foi aí de 420% entre os biênios extremos do período, a mais alta percentagem registrada na região.

A influência da produção animal sobre a Renda Social também foi bastante acrescida nesse Estado. A percentagem correspondente passou de 10 para 14%.

Relativamente à diminuição da importância da produção extrativa vegetal — também regra a que só fez exceção um Estado, o Ceará — a modificação mais acentuada ainda ocorreu no Piauí. De 23% no início do período, este ramo passou a representar apenas 10% da Renda Social do Estado no biênio final.

3 - Atividades Secundárias

1 - Posição Relativa na Região

Situação em 1953/54.

A renda líquida anual das atividades secundárias foi estimada em 4.931 milhões de cruzeiros, em média, nos anos 1953/54. Cabe-lhe, assim, como assinalamos em outra oportunidade, aproximadamente 13% da renda social da região. Esta percentagem está muito abaixo, como era de esperar, da que obtiveram, na mesma época, as indústrias de transformação e de construção das regiões mais desenvolvidas do País. As estimativas de que dispomos nos dão 20% para a região Leste e 25% para a região Sul. Se aprofundarmos um pouco mais a análise para ver o que ocorre nas zonas sabidamente mais industrializadas destas duas regiões, vamos encontrar percentagens da ordem de 26% no Estado do Rio de Janeiro, 25% no Distrito Federal, 29% em São Paulo, 19% em Santa Catarina e 18% no Rio Grande do Sul. Estas percentagens não só são muito mais altas do que a que registramos na renda global do Nordeste, senão também maiores do que a que estimamos para qualquer dos Estados da região. Nestes, a maior participação da indústria na formação da renda social se verifica em Pernambuco, com cêrca de 16%. Seguem-se Alagoas com 14% e Ceará com 13%. Nos demais Estados a posição relativa dêste grupo de atividades varia entre 9% no Piauí e 7% no Rio Grande do Norte.

2 - Evolução

A posição relativa das indústrias de transformação e de construção na renda total do Nordeste não sofreu alteração entre os biênios 1947/48 e 1953 54. Esta situação contrasta com a que se observa nas regiões Norte, Leste e Sul — notadamente nas regiões Norte e Sul — nas quais houve incremento da posição relativa dêste grupo de atividades.

Quanto aos Estados nordestinos os dados disponíveis revelam melhoria da posição relativa do setor no Piauí, no Ceará e no Rio Grande do Norte. Nenhuma alteração na Paraíba. Diminuição nos demais.

O montante da renda nominal obtida pelas atividades secundárias aqui reunidas cresceu de 122% entre os biênios acima referidos. Tal crescimento foi apenas suficiente para manter, como vimos, posição relativa do setor na renda social da região. Nas regiões Sul

e Leste as percentagens correspondentes foram 207 e 161 respectivamente. A percentagem nacional atingiu a 183.

Os menores aumentos foram registrados em Pernambuco e Alagoas, 114 e 99%, respectivamente. Nestas Unidades Federadas houve, como assinalamos linhas atrás, redução da posição relativa do setor. Os maiores incrementos ocorreram nas Unidades mais setentrionais da região, Piauí, Maranhão e Ceará, das quais apenas a última tem alguma importância industrial. Nestes Estados os índices cresceram de 186, 148 e 133%, respectivamente. Ainda assim os índices nordestinos foram, em geral, inferiores ao do Estado de São Paulo e, exceção feita do Piauí inferiores aos das Unidades Federadas economicamente mais desenvolvidas das regiões Leste e Sul. Entre estas o menor crescimento da renda do setor foi observado no Rio Grande do Sul, onde encontramos um aumento de cerca de 152%.

O Piauí aparece, portanto, como único Estado do Nordeste em que a taxa de crescimento da renda líquida produzida pelas atividades secundárias foi maior do que a da quase totalidade dos Estados mais industrializados do Leste e do Sul. Trata-se, porém, como é sabido, de atividades industriais de pequena monta, que produziram em 1949⁽¹⁾ apenas 0,1% do valor da produção industrial brasileira, e que tiveram nos anos 1953/1954, aproximadamente 0,2% da renda líquida produzida pela indústria nacional.

3 - Posição Relativa no País

A importância relativa da renda líquida das indústrias nordestinas de transformação e construção diminuiu, face ao respectivo total nacional, no transcurso do período em observação. As percentagens representativas do Nordeste neste setor foram 7,0 e 5,6% nos biênios 1947/48 e 1953/54, respectivamente. Houve, pois, uma queda de quase um ponto e meio na percentagem do biênio inicial, o que significa uma redução de 20% na posição relativa do setor. Trata-se, por conseguinte, de perda maior do que a que sofreram as atividades primárias da região. Na realidade, somente as indústrias da região Sul alcançaram maior importância relativa no total nacional, no decurso do período em foco, contrariamente ao que ocorreu nas demais regiões. Suas percentagens médias anuais foram 54% no biênio 1947/48 e 59% no biênio 1953, 54. Esta me-

(1) Vêde Sinopse do Censo Industrial de 1950. Serviço Nacional do Recenseamento. I.B.G.E.

lhoría de posição observada na região Sul decorreu exclusivamente do enorme crescimento da renda produzida pelas indústrias do Estado de São Paulo. Registrou-se nesta Unidade Sulina um aumento de 227% na renda produzida por este grupo de atividades, com o que sua posição relativa, no respectivo total nacional, subiu de 40 para 46%. Nas demais Unidades Federadas da Região Sul observamos diminuições de posição. Agigantou-se, portanto, a contribuição de São Paulo para a renda produzida pela indústria nacional. O fato assumiu tais proporções que determinou uma queda de posição relativa dos níveis de renda deste setor nas demais Unidades Federadas, apesar das elevadas taxas de crescimento observadas em alguma delas, tais como Minas Gerais (168%), Rio de Janeiro (162%), Distrito Federal (162%), Paraná (166%) e Rio Grande do Sul (158%).

Estas reduções de posição foram mais fortes no Nordeste do que nas demais regiões. Começaram em 1950, e prosseguiram, cada vez mais acentuadas, através dos anos subseqüentes, até 1953, inclusive. Houve ligeira recuperação em 1954. Parece-nos justificável, por conseguinte, a presunção de que se avolumaram, no período em tela, as condições determinantes de um afastamento crescente entre os estágios de desenvolvimento econômico do Nordeste e das regiões Leste e Sul, especialmente desta última. As diferenças entre os níveis de renda nominal traduzem, certamente, em boa parte, diferenças de níveis de renda real, de vez que comparamos regiões de um mesmo território nacional, em uma mesma época, com níveis de preço bastante aproximados e mesmo algumas vezes um pouco mais altos onde a renda é menor. São sobejamente conhecidas as circunstâncias que possibilitam uma expansão mais rápida da indústria nas regiões Leste e Sul. Dentre elas distinguimos, por serem de verificação mais fácil, as seguintes, que mencionamos sem a preocupação da respectiva ordem de importância:

a) maior suprimento de energia elétrica. O incremento da potência das usinas de energia elétrica entre 1948 e 1954 foi da ordem de 468 mil kw no Estado do Rio de Janeiro, e de 383 mil em São Paulo. No Nordeste, mesmo incluindo os Estados de Sergipe e Bahia — habitualmente dados como pertencentes à região Leste nas publicações do I.B.G.E. — com o que computamos, também a potência acrescida pela usina de Paulo Afonso, o crescimento foi de 157 mil Kw. (1)

(1) Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral. Ministério da Agricultura. Anuário Estatístico do Brasil, 1955, pág. 181/182.

b) existência de maior mercado para consumo de produtos manufaturados em extensas zonas das duas citadas regiões em contraste com o Nordeste. São indícios deste fato o tamanho da população, o nível da renda produzida, as facilidades e a capacidade dos transportes, o suprimento de energia elétrica, o número dos estabelecimentos bancários, e também a proporção de pessoas analfabetas.

Uma consulta rápida à documentação estatística divulgada regularmente em nosso País revela, por exemplo, que o conjunto territorial constituído pelos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, que chamaremos, neste breve comentário, de área mais industrializada do País, apresenta, dentre outros, os seguintes aspectos de significativo contraste com o Nordeste:

População e Renda Social

Em 1950 a área mais industrializada do País era ocupada por 21,5 milhões de habitantes. Aí estavam, portanto, 41% da população recenseada no Brasil naquele ano, os quais produziram, então, 63% da Renda Nacional. No Nordeste tínhamos, na mesma época, 12,5 milhões de habitantes, ou seja 24% da população do País, com apenas 10% da Renda Nacional.

Mercadorias Transportadas por Estradas de Ferro

O volume de mercadorias transportadas pelas estradas de ferro da área mais industrializada, medido em toneladas-quilômetro, atingiu a perto de 74% do total nacional em 1949 e a 87% em 1953. Houve aumento de 38% entre esses dois anos. As ferrovias do Nordeste, por seu turno, perfizeram nesses mesmos anos pouco mais de 3% do total nacional. Houve um incremento de 18%.

Caminhões em Circulação

O número de caminhões em circulação na área mais industrializada era de aproximadamente 70% do total nacional no segundo semestre de 1954. Esta percentagem tem se mantido constante desde 1948, ano a partir do qual o número de caminhões da área cresceu de 152%, de modo a totalizar 216 mil unidades em 1954. No Nordeste tivemos 7,8% em 1948 e 8,1% em 1954. Houve incremento de 163% entre estes dois anos. Havia 26 mil unidades em 1954.

Navegação Marítima

Nos anos 1953/54, a tonelagem de registro dos navios entrados nos portos do Distrito Federal e Estado de São Paulo foi 3,6 vezes

maior do que a dos navios entrados nos portos nordestinos. Com efeito, foram registradas 54 milhões de toneladas nos portos das citadas Unidades da área mais industrializada, contra 15 milhões de toneladas nos portos do Nordeste.

A participação dos portos do Rio e São Paulo na tonelage de registro de navios entrados em todos os portos do País subiu de 46 para 51%, aproximadamente, entre os biênios 1947/48 e 1953/54. A participação dos portos nordestinos reduziu-se, porém, de 22 para 16%, aproximadamente. Estas mudanças de posição resultaram de variações do volume da tonelage de registro, o qual aumentou de 57% nos portos da área mais industrializada e diminuiu de 6% nos portos do Nordeste.

Potência das Usinas Geradoras de Energia Elétrica

A potência das usinas geradoras da área aumentou de 924 mil Kw. entre 1948 e 1954. Isto representa 69% do incremento de potência verificado no País, nesse período. A potência das usinas da área em aprêço alcançou, dessa maneira, o total de 2.227 milhares de Kw., 79% do total nacional. No Nordeste registrou-se o aumento de 157 mil Kw., ou seja 10% do incremento havido no País. As usinas da região, inclusive os Estados de Sergipe e Bahia, passaram a dispor de um total de 396 mil Kw., os quais constituem 14% do total nacional.

Estabelecimentos Bancários

O número de estabelecimentos bancários na área mais industrializada representava 70% do respectivo total nacional em 1948. Esta percentagem declinou para 68%, aproximadamente, em 1954. As percentagens do Nordeste foram, respectivamente, nos dois anos em referência, 5% e 4%. Só o Estado de São Paulo contava com 38% desses estabelecimentos em 1954, cabendo 16% a Minas Gerais.

Quanto à distribuição das casas matrizes, coube 74% à área mais industrializada e 11% ao Nordeste, em 1954. 35% dessas matrizes estavam, então, localizadas no Distrito Federal e 27% no Estado de São Paulo.

Comércio Exterior

É pequena, como se sabe, a contribuição do Nordeste para o comércio exterior do País. Em 1954 o valor, em dólares, da exportação da região representou aproximadamente 4% do total nacional. No mesmo ano, a contribuição das Unidades Federadas reunidas

na área mais industrializada era de cerca de 64%, inclusive parte das exportações oriundas do Estado de Goiás, realizadas através do porto de Santos, em São Paulo.

Por outro lado, no que respeita à importação de máquinas e acessórios para as indústrias de transformação, segundo as estatísticas da importação por portos de destino, as percentagens correspondentes ao Nordeste, sobre o valor, em cruzeiros, das importações, foram aproximadamente 7% nos anos 1951/52 e 2% nos anos 1953/54. O resto do Brasil importou, pois, nesses dois biênios, 93 e 98%, respectivamente, do total nacional. (1)

Proporções do Analfabetismo

O número de analfabetos entre as pessoas de cinco e mais anos de idade atingia no Nordeste, em 1950, as maiores proporções observadas no Brasil, segundo os dados do recenseamento daquele ano. A percentagem mais baixa foi 72%, registrada nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte. As mais altas foram 80% em Alogos e 78% no Piauí e no Maranhão. A média regional foi 75%.

Na área mais industrializada do País tivemos, então, 47%. As percentagens do Distrito Federal e do Estado de São Paulo foram, entretanto, mais favoráveis, restringindo-se a 20 e 41% respectivamente.

Os Centros Industriais do Nordeste

Finalmente, as zonas mais industrializadas do Nordeste encontram-se nos Estados de Pernambuco e Ceará. É sensível a preponderância do primeiro desses Estados, com quase 3% da renda produzida pela indústria nacional. Tanto em um como em outro registramos, entretanto, diminuição da importância das atividades regionais face ao total nacional. Os únicos Estados nordestinos cujas rendas produzidas pelo setor em exame não sofreram queda de posição relativamente ao total nacional foram precisamente aqueles nos quais estas atividades são menos expressivas. São eles o Piauí e o Rio Grande do Norte, os quais produziram 0,2% e 0,3%, respectivamente, da renda líquida da indústria nacional.

(1) Não temos informações sobre a destinação final desses equipamentos dentro do território nacional, particularmente os que são desembarcados nos portos do Rio e de São Paulo. Fugimos por isso a comparações inter-regionais mais detalhadas.

Os resultados do censo industrial de 1950⁽¹⁾ também caracterizam perfeitamente, sob vários aspectos, as diferenças entre o Nordeste e as demais regiões do País. A análise desses resultados mostra, por exemplo, entre outras coisas, que o valor da produção industrial do Nordeste em 1949 representava somente 7,6% do total nacional. 61,7% desse total estavam na região Sul e 29,6% na região Leste. A maior concentração industrial ocorre, como é notório, no Estado de São Paulo, onde foi registrada quase a metade do valor da produção industrial brasileira (48,4%). A área constituída pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal reunia, então, 76% daquele valor.

Ainda segundo o censo de 1950 os ramos industriais mais importantes, tanto no conjunto do Nordeste como no total nacional, são os de produtos alimentícios e de tecidos. Apenas a ordem de precedência é diferente nos dois casos, aparecendo a indústria têxtil em primeiro lugar no Nordeste.

Quanto à importância relativa dos principais ramos da indústria na formação do valor da transformação industrial, também são grandes as diferenças entre o Nordeste e o resto do País. O ramo mais importante aparece com 38% no Nordeste e 21% no Brasil. Se consideramos os dois ramos mais importantes já teremos 76% no Nordeste e somente 41% no total do País. O ramo classificado em terceiro lugar contribui com apenas 8% daquele valor no Nordeste, e com 27% no total nacional. Daí por diante torna-se cada vez menos significativa a contribuição dos demais ramos da indústria nordestina.

4 - Atividades Terciárias

.1 - Posição Relativa na Região

Situação no Biênio 1953/54

As atividades aqui reunidas sob a designação geral de terciárias produziram no Nordeste, em média, no biênio em referência, uma renda líquida anual de 18,5 bilhões de cruzeiros. Coube-lhe, assim, 47% da renda social da região. Na região Sul a percentagem correspondente foi 40%. A percentagem nordestina é inferior, entretanto, à que observamos nas regiões Norte e Leste. Quanto a esta última é notável a influência exercida pelo Distrito Federal,

⁽¹⁾ Serviço Nacional de Recenseamento. I.B.G.E. Sinopse Preliminar do Censo Industrial. 1953.

onde, como é notório, as atividades primárias são quase inexistentes, repartindo-se a renda produzida substancialmente entre as atividades terciárias (74%) e secundárias (25%).

No Nordeste, a maior participação deste setor na formação da renda social ocorreu, no biênio em referência, no Estado do Piauí, com uma percentagem de 53%. A menor contribuição foi realizada em Alagoas, com 38%. Na maioria das Unidades Federadas nordestinas, a percentagem representativa do setor varia entre 48 e 53%.

Essas percentagens não diferem muito das que são encontradas em zonas desenvolvidas de outras regiões do País. Nas regiões Sul e Leste as verdadeiras exceções à regra são o Paraná e Santa Catarina, onde este grupo de atividades obteve apenas 30 e 31%, respectivamente. Em Minas Gerais registramos 32%. Em São Paulo, 42%, posição já superior à que notamos na Paraíba e em Alagoas.

2 - Evolução

A posição relativa deste conjunto de atividades na renda social da região declinou entre os biênios inicial e final do período em estudo. As percentagens correspondentes foram 50 e 47%, respectivamente.

Dentre as Unidades Federadas da região o Piauí se distingue por ter constituído uma exceção a essa tendência à perda relativa. A percentagem representativa do setor sobre a renda social do Estado subiu, aí, de 50 para 53%. O Piauí apresenta, portanto, o quadro único de diminuição relativa da renda do setor primário e aumento simultâneo da renda dos setores secundário e terciário, particularmente do secundário. Quanto aos demais Estados, a maior contração ocorreu no Maranhão, com uma queda de 12 pontos na percentagem inicial (54,5%). No Rio Grande do Norte a redução foi insignificante, só aparente nos décimos da unidade. Trata-se, de resto, de uma tendência comum às demais regiões do País.

A taxa de crescimento da renda nominal deste grupo de atividades foi menor, em todas as grandes regiões do País, do que a dos grupos anteriormente examinados. No Nordeste, para um aumento de 110% na renda das atividades terciárias, houve crescimento de 140 e de 122% na renda dos setores primário e secundário, respectivamente. Acreditamos, todavia, que na realidade as diferenças tenham sido menores. O setor terciário compreende, como é sabido, alguns ramos de atividade que oferecem geralmente grandes dificuldades à estimativa da renda. Aí estão reunidos, para dar alguns

exemplos, as profissões liberais, os motoristas e proprietários de táxis e caminhões, e os proprietários de casas e apartamentos. É possível que nesses ramos a subestimativa da renda seja mais acentuada do que nos demais setores, em consequência das lacunas e deficiências das informações disponíveis.

No Nordeste as maiores elevações da renda deste grupo de atividades ocorreram na Paraíba e em Pernambuco, de cerca de 116 e 114%, respectivamente. Estas percentagens são bastante inferiores às que registramos nas Unidades Federadas mais desenvolvidas do Leste e do Sul.

3 - Posição Relativa no País

A renda líquida das atividades terciárias nordestinas representou, em média, no biênio 1953/54 aproximadamente 10% do total nacional da renda destas atividades. As percentagens correspondentes nas regiões Leste e Sul foram 42 e 44%, respectivamente. Nesta última região destacou-se, em primeiro lugar, o Estado de São Paulo, com 32% do total nacional. Seguem-se o Distrito Federal, com 23%; Minas Gerais, com 9% e o Rio Grande do Sul, com 8%.

O Nordeste também sofreu diminuição de posição relativa neste setor, face ao respectivo total nacional, no transcurso do período em tela. A redução de 1 ponto e 6 décimos foi, no caso, proporcionalmente menor do que as retrações havidas nos setores secundário e primário da região. Nas regiões Leste e Sul houve, ao contrário, uma melhoria de posição, embora pequena, mais acentuada no Sul, onde sobressai, mais uma vez, o Estado de São Paulo, com uma elevação de 4 pontos, ou seja 13%, na sua posição inicial.

Neste conjunto de atividades nenhum Estado nordestino logrou melhorar ou mesmo manter a posição relativa, que detinha no biênio inicial, face ao respectivo total nacional. É mais um aspecto do comportamento do setor que o distingue dos demais no período em foco. Finalmente, as maiores perdas relativas foram observadas em Alagoas e no Ceará.

4 - Distribuição Regional e Estrutura do Setor

As zonas mais importantes das atividades terciárias do Nordeste se classificam segundo a ordem decrescente já observada para as atividades primárias e secundárias. 39% da renda regional foram produzidas em Pernambuco, no biênio 1953/54, 21% no Ceará e 11% na Paraíba. Por outro lado, a menor percentagem (6%) coube ao

Piauí. Esta ordem de importância dentro da região era, aliás, previsível, diante dos resultados obtidos nos outros setores de atividade.

Contrariamente ao que se verifica nas regiões economicamente mais desenvolvidas do País, o Comércio obteve, no Nordeste, a parcela mais expressiva da renda das atividades terciárias. Aí estão 18% da renda regional. Sob este aspecto, é, como se vê, uma posição relativa bem mais importante do que a das indústrias de transformação e de construção. Este fato também ocorre na região Norte.

Em segundo lugar encontramos os chamados Serviços, com 15% da renda regional. Este ramo ocupa um distinguido primeiro lugar nas regiões Leste, Sul e Centro-Oeste.

Em terceiro lugar, as despesas de pessoal do poder público (governos federal, estaduais e municipais, conjuntamente). Uma tal posição relativa deste ramo é vista claramente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na região Leste, embora ainda em terceiro lugar, ele aparece, entretanto, em igualdade de posição com o ramo Transporte e Comunicações. Só mesmo no Sul os Transportes e Comunicações têm maior participação na formação da renda social, o que é suficiente para transmitir tal posição aos totais gerais do País.

Feito o exame no nível dos Estados, verificamos que, no Nordeste, exceto o Maranhão, a renda oriunda do governo é sempre maior do que a formada pelos Transportes e Comunicações. No Maranhão os dois ramos se equivalem, havendo sido muito maior, porém a diminuição de posição relativa dos Transportes e Comunicações entre os biênios 1947/48 e 1953/54. Situação inversa observamos, todavia, na maioria das Unidades Federadas mais desenvolvidas das regiões Leste e Sul. Excetuam-se nestas regiões o Distrito Federal, o que parece razoável, por ser sede do governo federal, e o Estado do Rio Grande do Sul.

No penúltimo e antepenúltimo lugares vêm os montantes de renda correspondentes aos Intermediários Financeiros e à Propriedade de Habitações. Estes dois ramos mantêm as mesmas posições nas regiões Norte, Nordeste e Leste. A situação se inverte, porém, nas duas regiões restantes. Na região Sul por influência de São Paulo e Paraná.

No decurso do período em tela houve, no Nordeste, queda da posição relativa dos ramos Comércio, Serviços e Transportes e Comunicações. Os demais — Governo, Intermediários Financeiros e Propriedade de Habitações — revelam tendência à elevação seme-

lhantemente ao que se nota na região Sul. A importante posição relativa do Comércio só foi ampliada na região Norte.

D - Renda Segundo os Tipos de Pagamentos nos Setores Secundário e Terciário

1 - Situação no Biênio 1953/54

A impossibilidade de uma estimativa razoável da distribuição da renda das atividades primárias por tipos de pagamento, impede uma análise mais satisfatória da participação dos fatores de produção na renda nacional.

Segundo vimos em outra oportunidade, as atividades primárias produziram 40% da renda social do Nordeste nos anos 1953/54. Os 60% restantes se repartem, pois, entre remuneração do trabalho, lucro, juros e aluguéis, oriundos das atividades secundárias e terciárias.

1.1 - Remuneração do Trabalho

A remuneração do trabalho nesses dois setores de atividade compreende, segundo estimativas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, salários e ordenados de empregados, honorários de profissionais liberais, remuneração de trabalhadores autônomos e de empregados domésticos, pró-labore de empregadores que participam ativamente das atividades de suas empresas e renda atribuída aos membros das organizações religiosas.

Assim definido, o item remuneração do trabalho compreendia 53% da renda social do Nordeste no biênio 1953/54. Às chamadas rendas da propriedade ⁽¹⁾ coube, então, 7%, aproximadamente. Esta distribuição difere bastante da que encontramos na região Sul, onde a remuneração do trabalho se reduziu a 47% e as rendas da propriedade se elevaram a 13% da renda social da região.

1.2 - Salários e Ordenados

Os empregados das empresas privadas e dos poderes públicos receberam conjuntamente 21% da renda nordestina. Esta percentagem só é maior do que a da região Centro-Oeste, na qual as atividades secundárias e terciárias representam apenas 34% da renda regional.

Nas regiões Leste e Sul os empregados em geral receberam 35 e 29% das respectivas rendas regionais. Aí estão localizadas as

(1) Lucros, juros e aluguéis.

Unidades Federadas em que se observa as mais altas participações dos empregados na renda social. São elas o Distrito Federal, onde tal participação é de cerca de 52%; Estado do Rio de Janeiro, com 35%; São Paulo, com 32% e Rio Grande do Sul com 26%. No Nordeste distingue-se em primeiro lugar o Estado de Pernambuco, com 26%, e, em último, o Piauí, com 15%. Em nenhum caso, por conseguinte, os empregados das empresas privadas e do serviço público do Nordeste chegam a representar em conjunto, um terço da procura global de bens e serviços da região.

Quanto ao total dos vencimentos do pessoal do serviço público, a sua posição relativa varia na razão inversa do desenvolvimento econômico das regiões. Assim é que ele constitui o item mais importante do conjunto dos salários e ordenados no Nordeste, com 6,2% da renda regional. Fato semelhante se verificou nas regiões Norte e Centro-Oeste. Nesses casos o total dos salários e ordenados dos empregados nas indústrias de transformação e de construção aparece em segundo lugar.

Só mesmo na região Sul o total dos salários e ordenados dos trabalhadores na indústria alcança uma posição relativa duas vezes mais importante do que a da folha de pagamento do governo. As percentagens, sobre a renda regional, foram aí 12,9 e 5,4% respectivamente. Na região Leste a diferença entre os dois itens foi muito pequena: 9,9 e 9,0% respectivamente.

Dentre as Unidades Federadas do Nordeste somente em Pernambuco e Alagoas a folha de pessoal do governo aparece em segundo lugar. Também nesses casos o total de salários e ordenados na indústria aparece em primeiro plano. A este respeito, e no propósito de identificar os contrastes parece-nos digno de nota, finalmente, o quadro da distribuição salarial no Estado do Rio de Janeiro, no Distrito Federal e no Estado de São Paulo. Os pagamentos aos trabalhadores na indústria representaram, nessas Unidades Federadas, 14,0, 14,3 e 15,4% das respectivas rendas sociais. Aos empregados públicos coube 7,8, 14,8 e 5,2% respectivamente.

Esses dois grupos de trabalhadores detiveram, portanto, no biênio em foco, um poder de compra equivalente a quase um terço da procura global de bens e serviços na Capital da República. Nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo a percentagem combinada foi, como se vê, um pouco maior de 20%. No Nordeste a situação desses dois grupos se traduz por uma percentagem de 15%, ligeiramente inferior à que se observa no Rio Grande do Sul.

.3 - Lucros, Juros e Aluguéis

Os lucros representaram 5,1% da renda regional. Isto é um pouco menos da metade da percentagem correspondente nas regiões Norte, Leste e Sul. Trata-se aqui de lucros tributados pelo Impôsto sôbre a Renda.

No Nordeste, a maior percentagem de Lucros sôbre a renda social foi 7,4, registrada em Pernambuco. A diferença foi grande, por conseguinte, em relação ao Distrito Federal, com 18,6% ; a São Paulo, com 14,4% e ao Rio Grande do Sul, com 11,2%.

Os juros representam uma parcela diminuta das estimativas da renda social de que nos ocupamos.

Os aluguéis são mais importantes nas regiões Leste e Sul.

2 - Evolução

Remuneração do Trabalho

O crescimento nominal do montante da remuneração do trabalho, entre os biênios 1947/48 e 1953 54, foi de 113% no Nordeste. É uma taxa de aumento bem menor do que a das regiões Leste, Sul e Centro-Oeste, nas quais foram observadas percentagens da ordem de 143, 151, e 144%, respectivamente. As maiores taxas de crescimento no Nordeste foram registradas na Paraíba e em Pernambuco, da ordem de 118 e 114%, respectivamente. A menor ocorreu no Maranhão, 106%. Nas Unidades mais desenvolvidas das regiões Leste e Sul as taxas foram sempre superiores a estas. Anotamos 162% em São Paulo e 148% no Distrito Federal e Minas Gerais.

Quando defrontamos variações relativas da amplitude das que acabamos de assinalar, no espaço de oito anos, cabe sempre indagar se tais incrementos foram reais ou não. Os critérios adotados para a estimativa do montante da remuneração do trabalho dão-nos a convicção de que a quase totalidade, senão a totalidade, dessa parcela ponderável da renda social se destina, em tôdas as regiões do país, a despesas de consumo.

Ora, os índices do volume físico da produção agropecuária são mais elevados nas regiões Leste, Sul e Centro-Oeste, especialmente nestas duas últimas, do que no Nordeste. E quanto ao índice do volume físico da produção industrial de bens de consumo existente⁽¹⁾, o qual se refere, como é sabido, ao conjunto da produção nacional de

(1) Vêde "Conjuntura Econômica". CACE, Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas.

bens de consumo, estamos propensos a crer que o seu crescimento de 47% entre 1948 e 1954 provém, na sua maior parte, do aumento da produção das indústrias sediadas nas regiões Leste e Sul. Isto nos parece verossímil. Mais de 80% da produção nacional advém de indústrias localizadas nas regiões Leste e Sul, proporção verdadeiramente enorme que se reflete na composição do referido índice.

Tudo isso nos leva a supor tenha havido um aumento considerável, em termos absolutos, da procura global de bens e serviços de consumo nas regiões Leste e Sul, relativamente ao incremento observado na região Nordeste.

2 - Salários e Ordenados

Relativamente à taxa de incremento do total de salários e ordenados de empregados nas empresas privadas e no serviço público, as cinco grandes regiões do País se classificam em ordem de importância idêntica à que vimos no item anterior. Foi maior, entretanto, neste caso, o afastamento entre as taxas de crescimento do Nordeste e do Sul.

3 - Lucro, Juros e Aluguéis

O crescimento do montante dos lucros tributados pelo Imposto sobre a Renda também foi menor no Nordeste do que nas demais regiões. Os 103% desta região contrastam fortemente com os 361% do Norte, 165% do Leste, 232% do Sul e 164% do Centro-Oeste.

Em qualquer das Unidades Federadas nordestinas o crescimento foi marcadamente inferior ao das Unidades mais desenvolvidas das regiões Leste e Sul. Entre estas sobressaem Paraná, com um aumento de 313%; Espírito Santo, com 271%; e São Paulo, com 237%.

Quanto ao montante de juros, o incremento no Nordeste ainda foi menor do que no item lucros, não chegando a duplicar. Nas demais regiões o menor aumento foi entretanto, de 146%.

O montante de aluguéis, por sua vez, quase quadruplicou na região Sul, e triplicou na região Leste. No Nordeste o crescimento foi um pouco inferior a duas vezes e meia o dado inicial. Enquanto os maiores crescimentos no Nordeste foram de 156 e 150%, no Rio Grande do Norte e no Ceará, respectivamente, registramos 580% no Rio Grande do Sul, 413% no Paraná, 272% em São Paulo e 224% no Distrito Federal.

3 - Posição Relativa no País

1 - Remuneração do Trabalho

A participação do Nordeste no montante nacional de remuneração do trabalho limitou-se a 10%, aproximadamente, em média, nos anos 1953/54. 46% desse montante coube à região Sul e 41% à região Leste. Somente São Paulo produziu 33% desse total, seguindo-se o Distrito Federal com 20%. A posição relativa do Nordeste diminuiu, ademais, no período em análise, contrariamente ao que aconteceu às duas regiões onde a concentração já assumia enormes proporções no biênio inicial. Esta foi a tendência na quase totalidade dos Estados Nordestinos, exceto o Piauí que manteve os seus magros 0,6% do total nacional.

2 - Salários e Ordenados

Relativamente ao montante dos salários e ordenados, aumentou a concentração na região Sul. As perdas de posição relativa foram registradas tanto no Nordeste quanto nas regiões Norte e Leste. No Centro-Oeste não houve modificação.

No Nordeste apenas o Estado do Piauí manteve os seus 0,3%, sendo geral o declínio de importância dos demais Estados. Mesmo dentre as Unidades Federadas mais desenvolvidas do Leste e do Sul, só registramos melhoria de posição relativa do total dos salários nos Estados de São Paulo, em primeiro lugar, Paraná e Minas Gerais.

3 - Lucros, Juros e Aluguéis

Os lucros tributados pelo Imposto sobre a Renda no Nordeste representavam, no biênio 1953/54, apenas 4% do respectivo total nacional. As maiores parcelas deste item da Renda nacional estão concentrados, como é bem sabido, nas regiões Sul e Leste, cujas percentagens foram 58 e 36%, respectivamente. Nestas regiões as maiores concentrações ocorrem em São Paulo e no Distrito Federal, Unidades Federadas que reúnem 44 e 24%, respectivamente, do total nacional.⁽¹⁾

Ocorreu, ademais, um agravamento desta concentração no período em estudo, ao que correspondeu uma diminuição das percentagens do Nordeste e do Centro-Oeste, especialmente do Nordeste.

(1) É provável que uma parte dos lucros tributados no Distrito Federal e mesmo São Paulo tenham sido efetivamente auferidos em outras Unidades da Federação, através de filiais de empresas sediadas naquelas duas Unidades.

Este fato poderia ser incluído entre aquelas condições gerais que propiciam maiores possibilidades de desenvolvimento econômico de algumas zonas das regiões Sul e Leste. Maior proporção de lucros conduz, obviamente, a maior capacidade para investir. E embora, com se sabe, a existência de fundos disponíveis para investimentos não signifique, por si só, que haverá investimentos, o fato é que em um país com amplas possibilidades de expansão, onde tais fundos forem mais abundantes maiores serão as perspectivas de investimentos. Esses fundos são mais vultosos precisamente nas regiões onde já são maiores a industrialização, as facilidades de transportes e comunicações, os centros comerciais e, por conseguinte, os estabelecimentos bancários. Tudo isso, e mais uma agricultura mais poderosa e uma população mais densa são, no Brasil, características de determinadas zonas das regiões Leste e Sul. Isto explicaria, pelo menos em parte, as diferenças de taxas de desenvolvimento entre essas duas regiões e o Nordeste.

A perda de posição relativa foi, neste item, comum a todas as Unidades Federadas nordestinas verificando-se mesmo naquelas, como o Piauí e o Rio Grande do Norte, que quase nada tinha a perder tão pequena era a percentagem inicial (0,3%).

Quanto aos juros e aos aluguéis é natural, em face das características econômicas e demográficas apontadas no decorrer desta exposição, que a maior concentração ocorra nas regiões Leste e Sul. Em ambos os casos a percentagem do Nordeste sobre o respectivo total nacional fixou-se em torno de 3% no biênio 1953/54. Em ambos os casos também houve declínio da posição relativa da região, a partir do biênio inicial. Quanto aos aluguéis, em particular, observa-se que nas regiões Nordeste, Leste e Sul as percentagens encontradas são muito aproximadas das percentagens correspondentes aos lucros.

SUMMARY

- 1 — The north-eastern part of Brazil consists of seven States of the Federation, the area of which represents 11.4% of that of the country.
- 2 — Per capita income is lower in North-East Brazil than in the other regions of the country, during the period of time under survey. In this regard, the difference between North-East Brazil and the rest of the country has tended to increase during that period.
- 3 — Differences between the average incomes of the economically active population of North-East Brazil and those of the other regions are basically explained by differences of productivity. For instance, even those agricultural items which are typically produced in North-East Brazil are therein produced in lesser abundance than in the South and East of the country.
- 4 — Unequal distribution of income among the economically active population — and hence among the population as a whole — are much stronger in north-eastern Brazil than in the developed regions of the South. The use of Engel's law reveals that North-East Brazil has the lowest standard of living of Brazil.
- 5 — Primary activities produce 45% of social income and employ 79% of the economically active population. Secondary activities earn 13% of the income and occupy 6% of the population; tertiary activities gain 47% of income and occupy 15% of the population. The importance of the primary sector has increased within the scope of the regional economy.
- 6 — The rate of growth of income in each of these groups of activities was smaller in north-east Brazil than in the whole country. Real income generated by primary activities grows at a smaller rate in north-eastern Brazil.

Repercussion of the dominant output of the primary sector on this sector is lesser in northeastern Brazil than in the more developed regions of the east and south.

- 7 — The incidence of Income tax on profits of North-East Brazil has yielded 5,1% of the total of the nation.
- 8 — Private and public employees have received 21% of the regional income during the two-years period 1953/54. This compare with 35% and 29%, respectively in the South and the East of Brazil.
- 9 — It appears to be certain that, during the period 1947, 54, those conditions which tend to accentuate the gap between the phases of development of North-East Brazil on one side, and, on the other, of the South and East of Brazil, are increasing.

RESUMÉ

- 1 — Le Nord-Est du Brésil Comprend sept Etats de la Confédération brésilienne, avec une superficie équivalente à 11,4% de celle du territoire national.
- 2 — Durant la période de temps où il fut sujet à examen, le revenu par habitant fut, dans le Nord-Est du Brésil, inférieur à ce qu'il est dans la généralité des autres grandes régions du pays. Qui plus est, la différence entre le Nord-Est et les autres régions du Brésil s'est, sous cet aspect, accentuée durant la période de temps en question.
- 3 — Du point de vue du revenu moyen de la population économiquement active, les différences entre le Nord-Est et les autres régions s'expliquent avant tout par des différences de productivité. Il convient ainsi d'observer que même les produits agricoles typiques du Nord-Est y sont produits en moindre abondance que dans le Sud et l'Est du pays.
- 4 — L'inégalité de la distribution du revenu de par la population économiquement active — d'où, de par la population en général — est beaucoup plus manifeste dans le Nord-Est que dans les régions développées du Sud. L'application de la loi d'Engel y révèle en outre l'existence du plus bas standard de vie du pays.
- 5 — Les activités primaires produisent 40% du revenu social et occupent 79% de la population économiquement active. Ces pourcentages sont, respectivement, de 13% et de 6%, en ce qui est des activités secondaires; et de 47% et de 15%, en ce qui est des activités tertiaires. L'importance relative du secteur primaire s'est accrue dans la sphère de l'économie régionale.
- 6 — La raison de la progression, dans le temps, du revenu de chacun des groupes d'activités est moindre dans le Nord-Est que dans le pays entier.

Le revenu réel engendré par les activités primaires augmente moins dans le Nord-Est.

Le produit de plus grande importance du secteur primaire y répercute moins dans le Nord-Est que dans les régions plus développées du Nord et du Sud.

- 7 — La main d'oeuvre publique et privée a reçu 21% du revenu régional durant la période biennale 1953/54. Dans les régions Est et Sud, elle s'est vu octroyer 25% et 29% de ce revenu, respectivement.
- 8 — Dans le Nord-Est, l'impôt de rente sur les profits n'a fourni, durant la même période, que 5,1% du total national.
- 9 — Il semble certain que, durant la période qui va de 1947 à 1954, les conditions qui tendent à accroître la différence entre les stades de développement économique du Nord-Est et ceux du Sud ou de l'Est se sont accentuées.

Gráfico 1

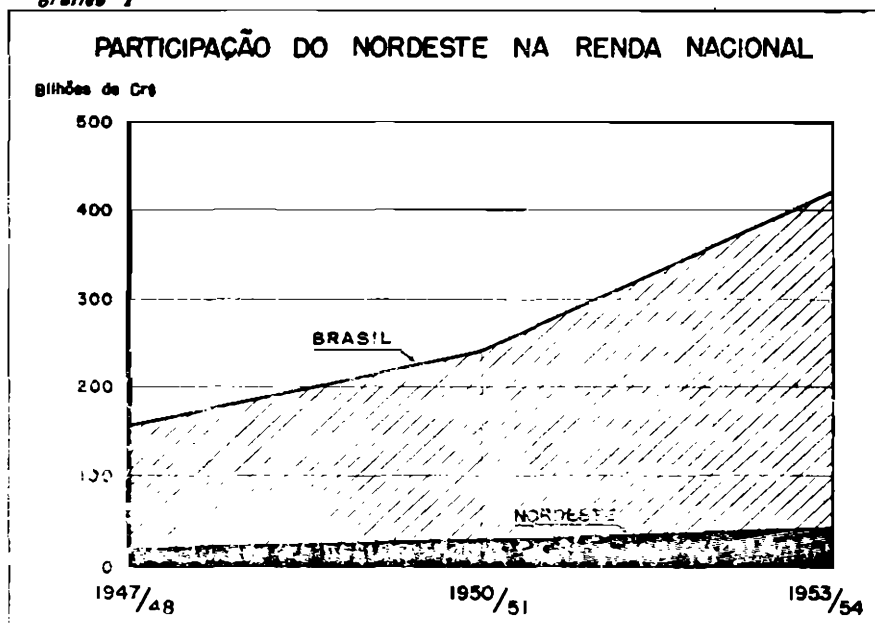


Gráfico 2

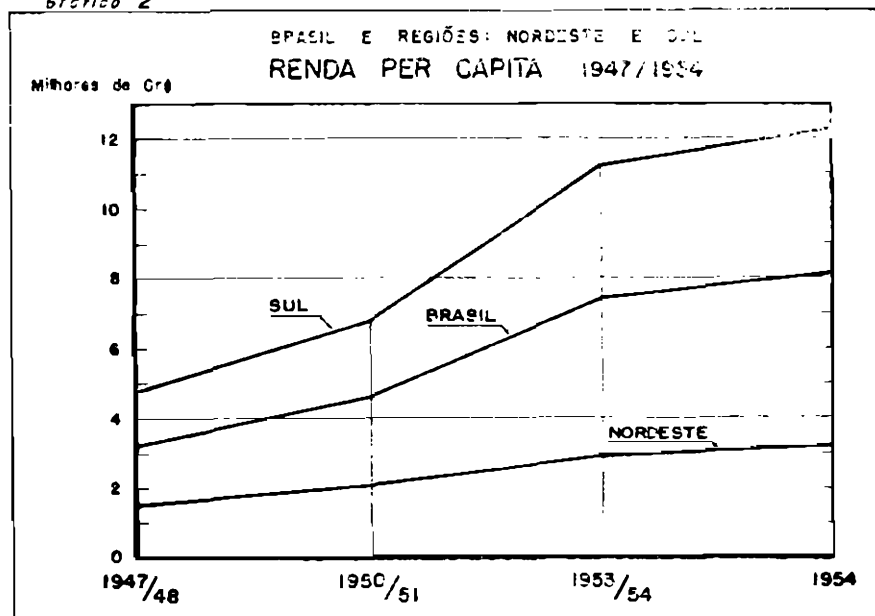


Gráfico 3

REGIÕES : NORDESTE E SUL
RENDA NACIONAL SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE
1953 / 54

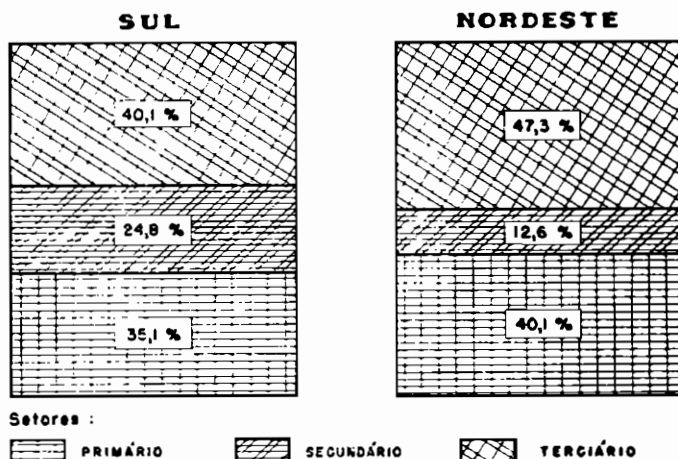
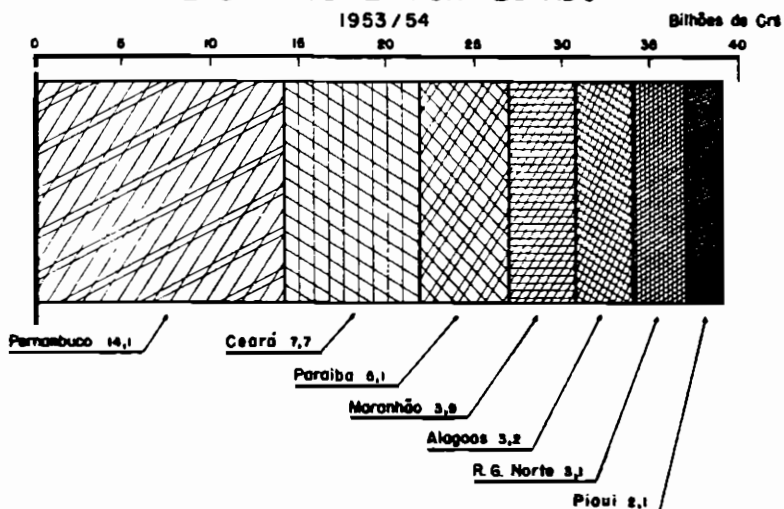


Gráfico 4

NORDESTE
RENDA SOCIAL POR ESTADO
1953 / 54



BRASIL

ESTIMATIVA DA RENDA PER CAPITA ANUAL. POPULAÇÃO TOTAL

Cr\$ 1.000,00

QUADRO 1

PERÍODO	R E G I Õ E S					
	Norte	Nordeste	Leste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1947/48	1,9	1,5	3,3	4,8	1,9	3,2
1950/51	2,4	2,1	4,7	6,8	2,8	4,6
1953/54	3,6	2,9	7,5	11,2	5,7	7,4
1954	3,9	3,2	8,2	12,2	6,3	8,1

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL

REDA PER CAPITA. POPULAÇÃO TOTAL — PERCENTAGENS
DO NORDESTE SOBRE AS DE OUTRAS REGIÕES

QUADRO 2

PERÍODO	R E G I Õ E S				
	Norte	Leste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1947/48	78,9	45,5	31,3	78,9	46,9
1950/51	87,5	44,7	30,9	75,0	45,7
1953/54	80,6	38,7	25,9	50,9	39,2

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL

PERCENTAGENS DA RENDA PER-CAPITA⁽¹⁾ DO NORDESTE SOBRE A
RENDA PER-CAPITA DE ALGUNS ESTADOS DO LESTE E DO SUL

QUADRO 3

ESTADOS	1947/1948	1950/1951	1953/1954
Minas Gerais	60	62	50
Rio de Janeiro	47	47	41
Distrito Federal	14	14	13
São Paulo	26	24	21
Paraná	44	40	38
Rio Grande do Sul	40	42	35

(1) População Total.

BRASIL

RENDA PER-CAPITA DA POPULAÇÃO TOTAL. MÉDIAS BIENSAIS

Cr\$ 1.000,00

QUADRO 4

UNIDADES FEDERADAS	1947/1948	1950/1951	1953/1954
Amazonas	2,1	2,6	3,7
Pará	1,8	2,4	3,5
Maranhão	1,0	1,4	2,2
Piauí	1,1	1,3	1,8
Ceará	1,4	2,0	2,6
Rio Grande do Norte	1,6	2,4	2,9
Paraíba	1,4	2,1	2,8
Pernambuco	2,0	2,7	3,8
Alagoas	1,4	2,0	2,8
Sergipe	1,7	2,3	3,4
Bahia	1,7	2,2	3,5
Minas Gerais	2,5	3,4	5,8
Espírito Santo	2,1	3,9	5,8
Rio de Janeiro	3,2	4,5	7,1
Distrito Federal	10,6	15,2	22,3
São Paulo	5,8	8,7	14,0
Paraná	3,4	5,2	7,7
Santa Catarina	3,2	3,7	5,8
Rio Grande do Sul	3,8	5,0	8,3
Mato Grosso	2,8	3,4	8,6
Goiás	1,7	2,6	4,6
BRASIL	3,3	4,6	7,3

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL

ACRÉSCIMOS PERCENTUAIS DA RENDA TOTAL E DA RENDA PER-CAPITA (1)

QUADRO 5

REGIÕES	Em 1950/51 sobre 1947/48		Em 1953/54 sobre 1950/51		Em 1953/54 sobre 1947/48	
	Total	Per-Capita	Total	Per-Capita	Total	Per-Capita
Norte	37	26	58	50	115	89
Nordeste	49	40	49	38	123	93
Leste	51	42	70	60	157	127
Sul	56	42	78	64	178	133
Centro-Oeste	66	47	122	104	269	200
BRASIL	53	44	73	60	165	131

(1) População Total.

BRASIL

POPULAÇÃO E RENDA NACIONAL. PERCENTAGENS

QUADRO 6

REGIÕES	Percentagens da Renda Nacional sobre Percentagens da População			
	1947/48	1950/51	1953/54	1947/54
Norte	0,58	0,54	0,49	0,53
Nordeste	0,46	0,45	0,39	0,43
Leste	1,02	1,01	1,01	1,01
Sul	1,47	1,48	1,51	1,50
Centro-Oeste	0,58	0,62	0,77	0,68

O NORDESTE E O BRASIL

POPULAÇÃO E RENDA NACIONAL — PERCENTAGENS

QUADRO 7

UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGENS DA RENDA SOBRE PERCENTAGENS DA POPULAÇÃO			
	1947/48	1950/51	1953/54	1947/54
Amazonas	0,65	0,56	0,51	0,55
Pará	0,55	0,51	0,48	0,50
Maranhão	0,31	0,30	0,30	0,31
Piauí	0,33	0,27	0,24	0,27
Ceará	0,44	0,42	0,35	0,40
Rio Grande do Norte	0,50	0,51	0,40	0,46
Paraíba	0,41	0,45	0,38	0,41
Pernambuco	0,61	0,59	0,52	0,56
Alagoas	0,41	0,42	0,38	0,39
Sergipe	0,49	0,48	0,46	0,48
Bahia	0,50	0,47	0,47	0,47
Minas Gerais	0,71	0,72	0,78	0,73
Espírito Santo	0,57	0,77	0,70	0,69
Rio de Janeiro	0,98	0,97	0,97	0,98
Distrito Federal	3,44	3,30	3,07	3,24
São Paulo	1,81	1,90	1,92	1,89
Paraná	1,31	1,13	1,07	1,16
Santa Catarina	1,00	0,79	0,79	0,84
Rio Grande do Sul	1,16	1,07	1,14	1,11
Mato Grosso	0,86	0,73	1,16	0,96
Goiás	0,52	0,57	0,61	0,57
NORDESTE	0,46	0,45	0,39	0,43

FONTE dos números absolutos de população: Serviço Nacional de Recenseamento — ERGE.

BRASIL
REND A PER-CAPITA NAS GRANDES REGIÕES
1947/1954. Em Cr\$ 1.000

QUADRO 8

REGIÕES	POPULAÇÃO TOTAL			POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA		
	1947/1948	1950/1951	1953/1954	1947/1948	1950/1951	1953/1954
Norte	1,9	2,4	3,6	5,4	6,8	10,0
Nordeste	1,5	2,1	2,9	4,2	5,8	7,9
Leste	3,3	4,7	7,5	8,9	12,2	18,8
Sul	4,8	6,8	11,2	12,2	16,9	36,1
Centro-Oeste	1,9	2,8	5,7	5,3	7,6	14,6
BRASIL	3,2	4,6	7,4	8,7	12,0	20,6

BRASIL
DIFERENÇAS ENTRE AS RENDAS MÉDIAS DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO
ECONOMICAMENTE ATIVA
NÚMEROS ÍNDICES. MÉDIAS DO NORDESTE = 100. 1947/1954

Quadro 9

REGIÕES	1947/1948		1950/1951		1953/1954	
	População Eco- nômica- mente Ativa	População Total	População Eco- nômica- mente Ativa	População Total	População Eco- nômica- mente Ativa	População Total
Norte	128	127	118	114	126	124
Nordeste	100	100	100	100	100	100
Leste	211	220	211	224	238	259
Sul	290	320	292	324	457	386
Centro-Oeste	125	127	131	133	185	197

BRASIL
INCREMENTOS PERCENTUAIS DA RENDA NOMINAL PER CAPITA
1947/1954

QUADRO 10

REGIÕES	Entre 1947/48 e 1950/51		Entre 1950/51 e 1953/54	
	População Total	População Econômicamente Ativa	População Total	População Econômicamente Ativa
Norte	26	27	50	46
Nordeste	40	37	38	37
Leste	42	37	60	55
Sul	42	38	64	114
Centro-Oeste	47	44	104	93
BRASIL	44	38	60	71

BRASIL
RENDA MÉDIA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
DISCRIMINAÇÃO POR ESTADOS EM ALGUNS BIENIOS

Em Cr\$ 1.000,00

QUADRO 11

ESTADOS	1947/1948	1950/1951	1953/1954
Amazonas	6,0	7,4	10,5
Pará	5,0	6,5	9,6
Maranhão	2,7	3,7	5,8
Piauí	3,1	3,7	5,2
Ceará	4,3	5,9	7,9
Rio Grande do Norte	4,7	6,9	8,7
Paraíba	4,0	6,0	8,0
Pernambuco	5,2	6,9	9,4
Alagoas	4,0	5,4	7,8
Sergipe	4,6	6,2	9,4
Bahia	4,2	5,4	8,3
Minas Gerais	6,9	9,0	15,0
Espírito Santo	4,8	8,4	11,8
Rio de Janeiro	9,6	13,2	21,0
Distrito Federal	27,2	37,2	53,0
São Paulo	14,7	21,3	69,1
Paraná	8,9	13,1	19,1
Santa Catarina	8,3	9,3	14,1
Rio Grande do Sul	9,7	11,9	19,2
Mato Grosso	8,1	9,6	24,3
Goiás	4,0	6,8	11,2
BRASIL	8,7	12,0	20,6

NORDESTE

DIFERENÇAS ENTRE AS RENDAS MÉDIAS DA POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

MÉDIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO = 100

QUADRO 12

ESTADOS	1947/1948		1950/1951		1953/1954	
	População Econômicamente Ativa	População Total	População Econômicamente Ativa	População Total	População Econômicamente Ativa	População Total
Maranhão	52	50	54	52	61	58
Piauí	60	55	54	48	56	47
Ceará	83	70	86	74	85	68
R. G. do Norte	90	80	101	89	93	76
Paraíba	77	70	87	78	85	74
Pernambuco	100	100	100	100	100	100
Alagoas	77	70	78	74	83	74

BRASIL

RELAÇÕES ENTRE A RENDA PRODUZIDA (*) E A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA — 1950

QUADRO 13

REGIÕES	S E T O R E S								
	P R I M Á R I O			S E C U N D Á R I O			T E R C I Á R I O		
	Percenta- gens da População A	Percenta- gens da Renda B	B — A	Percenta- gens da População A	Percenta- gens da Renda B	B — A	Percenta- gens da População A	Percenta- gens da Renda B	B — A
Norte.....	73,5	29,5	0,4	5,6	10,8	1,9	20,9	59,7	2,9
Nordeste.. ..	78,5	42,2	0,5	6,2	11,8	1,9	15,3	46,0	3,0
Leste.....	63,1	25,6	0,4	11,0	19,7	1,8	25,9	54,7	2,1
Sul.....	58,2	35,0	0,6	16,1	22,9	1,4	25,7	42,1	1,6
Centro-Oeste..	83,9	54,4	0,7	3,8	10,8	2,8	12,3	34,8	2,8
BRASIL..	65,9	32,6	0,5	11,3	20,0	1,8	22,8	47,4	2,1

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

(*) Renda a Custo de Fatores.

O NORDESTE E O BRASIL

RELAÇÕES ENTRE A RENDA PRODUZIDA(*) E A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA — 1950

QUADRO 14

UNIDADES FEDERADAS	S E T O R E S								
	P R I M Á R I O			S E C U N D Á R I O			T E R C I Á R I O		
	Percenta- gens da População A	Percenta- gens da Renda B	B — A	Percenta- gens da População A	Percenta- gens da Renda B	B — A	Percenta- gens da População A	Percenta- gens da Renda B	B — A
Maranhão	86,1	41,2	0,5	2,8	7,6	2,7	11,1	51,2	4,6
Piauí	85,6	38,1	0,4	3,0	6,8	2,3	11,4	55,1	4,8
Ceará	77,6	45,4	0,6	5,9	10,4	1,8	16,5	44,2	2,7
Rio G. do Norte . . .	79,3	50,9	0,6	4,0	6,3	1,6	16,7	42,8	2,6
Paraíba	81,7	55,5	0,7	5,5	7,3	1,3	12,8	37,2	2,9
Pernambuco	72,1	33,0	0,5	9,1	16,6	1,8	18,8	50,4	2,7
Alagoas	78,2	45,1	0,6	8,4	15,9	1,9	13,4	39,0	2,9
NORDESTE	78,5	42,2	0,5	6,2	11,8	1,9	15,3	46,0	3,0
Amazonas	77,3	38,2	0,5	4,8	9,2	1,9	17,9	52,6	2,9
Pará	71,4	24,0	0,3	6,0	11,8	2,0	22,6	64,2	2,8
Sergipe	71,8	32,2	0,5	9,8	14,9	1,5	18,4	52,9	2,9
Bahia	78,8	38,3	0,5	6,3	14,1	2,2	14,9	47,6	3,2
Minas Gerais	74,1	49,1	0,7	7,7	14,6	1,9	18,2	36,3	2,0
Espírito Santo	81,3	55,8	0,7	4,2	7,7	1,8	14,5	36,5	2,5
Rio de Janeiro	46,0	28,3	0,6	20,3	25,3	1,3	33,7	46,4	1,4
Distrito Federal . . .	2,7	1,1	0,4	26,1	24,6	0,9	71,2	74,3	0,1
São Paulo	47,4	29,7	0,6	21,7	26,1	1,2	30,9	44,2	1,4
Paraná	74,3	56,7	0,8	9,3	13,2	1,4	16,4	30,1	1,8
Santa Catarina	74,5	46,6	0,6	10,2	20,1	2,0	15,3	33,3	2,2
Rio G. do Sul	67,9	39,5	0,6	9,5	17,2	1,8	22,6	43,3	1,9
Mato Grosso	75,5	40,1	0,5	5,2	14,3	2,8	19,3	45,6	2,4
Goiás	87,2	62,6	0,7	3,3	8,8	2,7	9,5	28,6	3,0
BRASIL	65,9	32,6	0,5	11,3	20,0	1,8	22,8	47,4	2,1

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

(*) Renda a Custo de Fatores.

O NORDESTE E O BRASIL

RENDA MÉDIA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA — 1950

Em Cr\$ 1.000,00

QUADRO 15

REGIÕES	S E T O R E S			TOTAL
	Primário	Secundário	Terciário	
Norte	2,5	12,1	17,8	6,2
Nordeste	3,0	10,4	16,5	5,5
Leste	4,6	20,3	24,0	11,4
Sul	9,4	22,2	25,7	15,7
Centro-Oeste	4,4	19,4	19,5	6,9
BRASIL	5,5	19,9	23,2	11,2

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia.

O NORDESTE E O BRASIL

RENDA MÉDIA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA — 1950

Em Cr\$ 1.000,00

QUADRO 16

UNIDADES FEDERADAS	S E T O R E S			TOTAL
	Primário	Secundário	Terciário	
Amazonas	3,3	12,9	19,8	6,8
Pará	2,1	11,7	16,9	5,9
Maranhão	1,7	9,3	16,2	3,5
Piauí	1,6	7,9	16,8	3,5
Ceará	3,6	10,8	16,3	6,1
Rio Grande do Norte	4,0	10,0	16,2	6,3
Paraíba	3,9	7,6	16,5	5,7
Pernambuco	2,9	11,7	17,1	6,4
Alagoas	2,9	9,5	14,6	5,0
Sergipe	2,5	8,4	15,8	5,5
Bahia	2,5	11,7	16,6	5,2
Minas Gerais	5,6	16,2	16,8	8,4
Espírito Santo	4,9	13,8	17,9	7,1
Rio de Janeiro	7,7	15,6	17,1	12,5
Distrito Federal ...	13,7	32,7	36,2	34,7
São Paulo	12,1	23,3	27,8	19,4
Paraná	9,6	17,9	23,1	12,6
Santa Catarina	5,6	17,5	19,4	8,9
Rio Grande do Sul..	6,7	20,9	21,8	11,4
Mato Grosso	4,7	24,3	16,8	8,9
Goiás	4,3	16,3	18,3	6,1
BRASIL	5,5	19,9	23,2	11,2

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia.

BRASIL

RENDA MÉDIA ANUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA.
DISTRIBUIÇÃO POR SETORES E SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES.
1950 — NÚMEROS ÍNDICES. MÉDIA DO NORDESTE = 100

QUADRO 17

REGIÕES	SETORES			TOTAL
	Primário	Secundário	Terciário	
Norte	83	116	108	113
Nordeste	100	100	100	100
Leste	153	195	145	207
Sul	313	214	156	285
Centro-Oeste	146	187	118	125
BRASIL	183	182	141	204

BRASIL

RENDA MÉDIA ANUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA.
DISTRIBUIÇÃO POR SETORES E SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES.
1950. — NÚMEROS ÍNDICES

REGIÕES	MÉDIA DO SETOR PRIMÁRIO = 100		MÉDIA DO SETOR SECUNDÁRIO=100
	SETORES		SETOR TERCIÁRIO
	Secundário	Terciário	
Norte	484	712	147
Nordeste	347	550	159
Leste	442(*)	522(*)	118
Sul	236	273	116
Centro-Oeste	441	443	101
BRASIL	362	422	117

(*) Se excluirmos o Distrito Federal, onde as atividades primárias têm reduzida importância, os índices da região leste seriam 316 no setor secundário e 437, no terciário.

NORDESTE
REND A M ÉD I A A N U A L D A P O P U L A Ç Ã O E C O N Ô M I C A M E N T E A T I V A . D I S T R I B U I Ç Ã O
P O R S E T O R E S S E G U N D O A S U N I D A D E S F E D E R A D A S . 1 9 5 0
N Ú M E R O S Í N D I C E S . M É D I A D E P E R N A M B U C O = 1 0 0

QUADRO 18

UNIDADES FEDERADAS	SETORES			TOTAL
	Primário	Secundário	Terciário	
Maranhão	59	79	95	55
Piauí	55	68	98	55
Ceará	124	92	95	95
Rio Grande do Norte	138	85	95	98
Paraíba	134	65	97	89
Pernambuco	100	100	100	100
Alagoas	100	81	85	78

BRASIL

RENDA MÉDIA ANUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA. DISTRIBUIÇÃO POR SETORES E SEGUNDO AS UNIDADES FEDERADAS 1950. NÚMEROS ÍNDICES

QUADRO 19

UNIDADES FEDERADAS	MÉDIA DO SETOR PRIMÁRIO = 100		Média do Setor Secundário = 100
	SETORES		Setor Terciário
	Secundário	Terciário	
Amazonas	391	600	153
Pará	557	805	144
Maranhão	547	953	174
Piauí	494	1 050	213
Ceará	300	453	151
Rio Grande do Norte	250	405	162
Paraíba	195	423	217
Pernambuco	403	590	146
Alagoas	328	503	154
Sergipe	336	632	188
Bahia	468	664	142
Minas Gerais	289	300	104
Espírito Santo	282	365	130
Rio de Janeiro	203	222	110
Distrito Federal	239	264	111
São Paulo	193	230	119
Paraná	186	241	129
Santa Catarina	312	346	111
Rio Grande do Sul	312	325	104
Mato Grosso	517	357	69
Goiás	379	426	112

O NORDESTE E O BRASIL

ASPECTOS DO PADRÃO DE VIDA DE FAMÍLIAS DE OPERÁRIOS INDUSTRIAIS
AGOSTO DE 1952

1 -- REGIÕES

QUADRO 20

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO		PERCENTAGENS SOBRE A DESPESA TOTAL		
	Famílias	Pessoas	Alimentação	Habitação	Vestuário
Norte (*)	41	192	46,4	14,8	7,5
Nordeste	775	3 414	53,4	13,8	7,6
Leste	1 194	5 293	48,4	14,8	8,7
Sul	1 009	4 290	43,3	18,1	9,6
Centro-Oeste	163	736	44,5	17,0	7,8

2 — ALGUMAS UNIDADES FEDERADAS

Maranhão	80	371	47,2	14,5	9,4
Piauí	81	367	50,2	13,9	7,4
Ceará	107	499	53,2	12,1	8,6
Rio Grande do Norte	92	361	57,8	16,2	6,8
Pernambuco	83	375	60,0	9,3	9,6
Pernambuco	242	1 061	53,4	14,9	6,4
Alagoas	90	380	51,4	13,7	7,5
Minas Gerais	388	1 659	48,1	16,2	8,1
Distrito Federal	175	741	47,3	15,0	8,8
São Paulo	438	1 793	42,5	20,3	9,0
Rio Grande do Sul	260	1 168	41,7	14,1	10,2

FONTE DOS NÚMEROS ABSOLUTOS: Comissão Nacional do Bem-Estar Social. Anuário Estatístico do Brasil, 1953, pág. 343/344.

(*) Somente a cidade de Belém, no Estado do Pará.

BRASIL
ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL SEGUNDO GRANDES REGIÕES
 1947 — 1954

Bilhões de Cruzeiros

QUADRO 21

REGIÕES	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954
Norte	3,2	3,4	3,7	4,1	5,0	5,7	6,5	7,9
Nordeste	16,5	18,6	20,8	24,7	27,8	31,1	34,9	43,5
Leste	55,4	62,2	71,2	81,3	96,0	108,0	133,9	168,0
Sul	71,4	79,5	91,3	107,0	128,9	152,6	187,9	231,9
Centro-Oeste	2,7	3,4	3,8	4,4	5,6	6,6	9,9	12,5
BRASIL	149,3	167,1	190,8	221,5	263,3	304,0	373,1	463,8

BRASIL
ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL SEGUNDO GRANDES REGIÕES — MÉDIA ANUAL NOS BIÊNIO
 1947/48, 1950/51 E 1953/54

Bilhões de Cruzeiros

QUADRO 22

REGIÕES	1947/48	1950/51	1953/54
Norte	3,3	4,6	7,2
Nordeste	17,6	26,3	39,2
Leste	58,8	88,7	151,0
Sul	75,4	118,0	200,9
Centro-Oeste	3,0	5,0	11,2
BRASIL	158,1	242,6	418,5

FONTE: Equipe da Renda Nacional (Instituto Brasileiro de Economia). Fundação Getúlio Vargas.

**AUMENTOS PERCENTUAIS DA RENDA NACIONAL. BIÊNIOS
1947/48, 1951/52 E 1953/54**

DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO GRANDES REGIÕES

Quadro 23

REGIÕES	AUMENTOS PERCENTUAIS ENTRE OS BIÊNIOS		
	1947/1948 e 1953/54	1947/48 e 1951/52	1951/52 e 1953/54
Norte	115	37	58
Nordeste	123	49	49
Leste	157	51	70
Sul	178	56	78
Centro-Oeste	269	66	122
BRASIL	165	53	73

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL

**DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NACIONAL SEGUNDO GRANDES REGIÕES
PERCENTAGENS. TOTAL NACIONAL = 100**

QUADRO 24

REGIÕES	1947/48	1950/51	1953/54	1947/54
Norte	2,1	1,9	1,7	1,9
Nordeste	11,1	10,8	9,4	10,2
Leste	37,2	36,6	36,1	36,4
Sul	47,7	48,6	50,1	49,2
Centro-Oeste	1,9	2,1	2,7	2,3
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

NORDESTE

RENDAS SOCIAL POR ESTADO. 1947/48, 1950/51 e 1953/54

QUADRO 25

UNIDADES FEDERADAS	Cr\$ 1.000.000,00			PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL NACIONAL		
	1947/48	1950/51	1953/54	1947/48	1950/51	1953/54
Maranhão	1 477,8	2 264,3	3 876,1	0,9	0,9	0,9
Piauí	1 035,6	1 343,0	2 065,9	0,7	0,6	0,5
Ceará	3 531,8	5 312,5	7 716,6	2,2	2,2	1,8
Rio Grande do Norte	1 470,9	2 314,8	3 078,3	0,9	1,0	0,7
Paraíba	2 251,7	3 592,8	5 131,2	1,4	1,5	1,2
Pernambuco	6 321,5	9 327,7	14 089,1	4,1	3,7	3,5
Alagoas	1 486,8	2 117,3	3 230,3	0,9	0,9	0,8
NORDESTE	17 576,1	26 272,4	39 187,5	11,1	10,8	9,4

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NACIONAL SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO -- PERCENTAGENS

BRASIL = 100

QUADRO 26

UNIDADES FEDERADAS	1947/48	1950/51	1953/54
Amazonas	0,9	0,7	0,7
Pará	1,3	1,1	1,1
Maranhão	0,9	0,9	0,9
Piauí	0,7	0,6	0,5
Ceará	2,2	2,2	1,8
Rio Grande do Norte	0,9	1,0	0,7
Paraíba	1,4	1,5	1,2
Pernambuco	4,0	3,9	3,4
Alagoas	0,9	0,9	0,8
Sergipe	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,7	4,4	4,3
Minas Gerais	11,6	10,8	11,3
Espírito Santo	1,1	1,4	1,3
Rio de Janeiro	4,4	4,3	4,3
Distrito Federal	14,7	15,1	14,4
São Paulo	31,5	33,0	33,8
Paraná	3,9	4,7	4,9
Santa Catarina	2,9	2,4	2,4
Rio Grande do Sul	9,4	8,6	9,1
Mato Grosso	0,9	0,7	1,2
Goiás	1,0	1,3	1,5
BRASIL	100,0	100,0	100,0

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL

AUMENTOS PERCENTUAIS DA RENDA NACIONAL — BIÊNIO 1947/48, 1950/51 E 1953/54 — DISTRIBUIÇÃO
SEGUNDO AS UNIDADES FEDERADAS

QUADRO 27

UNIDADES FEDERADAS	AUMENTOS PERCENTUAIS ENTRE OS BIÊNIO S		
	1947/48 e 1953/54	1947/48 e 1950/51	1951/52 e 1953/54
Amazonas	107	34	54
Pará	121	38	60
Maranhão	162	53	71
Piauí	99	30	53
Ceará	118	50	45
Rio Grande do Norte	109	57	33
Paraíba	128	60	43
Pernambuco	123	48	51
Alagoas	117	42	53
Sergipe	131	44	60
Bahia	143	42	71
Minas Gerais	158	43	80
Espírito Santo	209	97	57
Rio de Janeiro	156	49	72
Distrito Federal	158	58	63
São Paulo	184	61	76
Paraná	228	82	80
Santa Catarina	123	28	74
Rio Grande do Sul	157	40	84
Mato Grosso	247	27	173
Goiás	289	100	95
BRASIL	165	53	73

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE — 1947/48 e 1953/54

PERCENTAGENS. TOTAL DE CADA REGIÃO = 100

QUADRO 28

SETORES	R E G I Õ E S											
	Norte		Nordeste		Leste		Sul		Centro-Oeste		BRASIL	
	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54
PRIMÁRIO.....	32,5	32,3	37,2	40,1	25,0	27,2	33,3	35,1	49,9	66,3	31,0	33,5
SECUNDÁRIO.....	10,7	11,6	12,6	12,6	19,5	19,9	22,5	24,8	12,2	7,8	19,9	21,2
TERCIÁRIO.....	56,8	56,1	50,2	47,3	55,5	52,9	44,2	40,1	37,9	25,9	49,1	45,3
Transport. e Comunic...	10,4	—8,4	5,3	4,7	8,4	8,9	8,2	6,5	6,0	3,9	8,0	7,2
Comércio.....	21,4	22,2	20,5	18,4	14,4	12,3	11,6	9,8	11,3	7,2	13,8	11,6
Serviços.....	13,1	12,2	16,0	14,8	16,4	14,1	13,6	10,6	12,0	8,0	14,7	12,3
Aluguéis.....	1,2	1,2	1,3	1,4	3,3	3,9	3,3	4,7	1,4	1,3	3,0	4,0
Governo.....	9,1	9,5	5,6	6,1	9,0	8,9	5,0	5,4	5,9	4,4	6,7	6,7
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

N O R D E S T E
REND A SOCIAL SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE.
PERCENTAGENS SOBRE OS TOTAIS DE CADA ESTADO — 1947/48 e 1953/54

QUADRO 29

UNIDADES FEDERADAS	PERÍODO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	T E R C I Á R I O							TOTAL GERAL
				Sub- total	Transportes e Comuni- cações	Comér- cio	Intermediá- rios Finan- ceiros	Servi- ços	Propriedade de Casas e Edifícios	Govêr- no	
Maranhão.....	1947/48	37,1	8,4	54,5	6,3	22,8	1,1	18,0	0,9	5,4	100,0
	1953/54	49,7	7,9	42,4	4,5	17,6	1,3	13,7	0,8	4,5	100,0
Piauí.....	1947/48	43,3	6,3	50,4	3,9	22,8	1,4	16,5	0,7	5,1	100,0
	1953/54	38,8	9,0	53,0	4,4	23,8	1,7	16,9	0,9	5,3	100,0
Ceará.....	1947/48	34,6	12,5	52,9	4,9	21,4	1,5	17,9	1,7	5,5	100,0
	1953/54	36,8	13,4	49,4	4,7	18,9	1,9	16,4	2,0	5,9	100,0
Rio G. do Norte.	1947/48	44,7	6,9	48,4	5,4	18,4	1,0	13,6	1,0	9,0	100,0
	1953/54	44,5	7,4	48,1	5,4	16,4	1,5	12,8	1,3	10,0	100,0
Paraíba.....	1947/48	48,5	8,9	42,6	3,6	19,4	0,9	13,4	1,4	3,9	100,0
	1953/54	50,6	8,9	40,5	3,5	17,6	1,6	12,2	1,2	4,4	100,0
Pernambuco.....	1947/48	30,2	16,8	53,0	6,3	21,0	2,0	16,3	1,3	6,1	100,0
	1953/54	32,8	16,1	51,1	5,2	19,2	2,5	15,9	1,5	6,8	100,0
Alagoas.....	1947/48	44,1	15,1	40,8	4,1	16,7	1,4	13,6	0,9	4,1	100,0
	1953/54	48,3	13,8	37,9	3,6	14,5	1,7	12,0	1,0	5,1	100,0
NORDESTE..	1947/48	37,2	12,6	50,2	5,3	20,5	1,5	16,0	1,3	5,6	100,0
	1953/54	40,1	12,6	47,3	4,7	18,4	1,9	14,8	1,4	6,1	100,0

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE
 INCREMENTOS PERCENTUAIS ENTRE OS BIÊNIOS 1947/48 e 1953/54.

QUADRO 30

SETORES	R E G I Õ E S					BRASIL
	Norte	Nordeste	Leste	Sul	Centro-Oeste	
PRIMÁRIO	114	140	179	193	391	186
SECUNDÁRIO	135	122	161	207	136	183
TERCIÁRIO	112	110	145	153	152	144
Transp. e Comunicações...	72	97	171	121	140	138
Comércio	123	100	119	137	135	123
Int. Financeiros	254	184	206	239	226	219
Serviços	100	106	123	119	146	119
Aluguéis	116	140	205	294	252	248
Govêrno	124	143	152	196	171	126

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

N O R D E S T E

ESTIMATIVA DA RENDA SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE.
INCREMENTOS PERCENTUAIS ENTRE OS BIÊNIOS 1947/48 e 1953/54

QUADRO 31

SETORES	Maranhão	Piauí	Ceará	R. G. Norte	Paraíba	Pernam- buco	Alagoas	NORDESTE
PRIMÁRIO	251	75	133	108	138	142	138	114
SECUNDÁRIO	148	186	133	126	129	114	99	135
TERCIÁRIO	104	109	106	108	116	114	102	112
Transp. e Comunic..	87	124	107	110	123	86	87	72
Comércio	93	107	94	89	105	104	90	123
Int. Financeiros ...	208	495	50	215	285	171	167	254
Serviços	100	105	100	96	109	117	91	100
Aluguéis	119	134	150	156	101	147	146	116
Governo	122	109	135	147	154	149	166	124

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Geúlio Vargas.

BRASIL

PRODUTO DAS ATIVIDADES PRIMÁRIAS. DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO
GRANDES REGIÕES

Em Cr\$ 1.000.000 de 1948

QUADRO 32

REGIÕES	Cr\$ 1.000.000			NÚMEROS ÍNDICES. 1947/48 = 100	
	1947/48	1950/51	1953/54	1950/51	1953/54
Norte	2 165,5	2 227,7	2 471,0	103	114
Nordeste	13 702,7	14 059,5	15 383,5	103	112
Leste	31 108,9	33 109,9	35 893,1	106	115
Sul	53 480,9	61 139,2	68 770,4	114	129
Centro-Oeste	3 196,6	4 547,8	6 212,9	142	194
BRASIL	103 654,6	115 084,1	128 730,9	111	124

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

N O R D E S T E
PRODUTO DAS ATIVIDADES PRIMÁRIAS A PREÇOS DE 1948.
DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO AS UNIDADES FEDERADAS DA UNIÃO

QUADRO 83

REGIÕES	Cr\$ 1.000.000			NÚMEROS INDICES 1947/48 = 100	
	1947/48	1950/51	1953/54	1950/51	1953/54
Maranhão	1 162,5	1 507,3	2 003,4	130	172
Piauí	738,5	634,2	686,6	86	98
Ceará	2 671,8	2 785,5	2 603,4	104	97
Rio Grande do Norte	1 422,8	1 334,9	1 308,1	94	92
Paraíba	2 311,6	2 360,6	2 712,2	102	117
Pernambuco	4 028,5	4 067,9	4 497,9	101	112
Alagoas	1 367,0	1 369,1	1 571,6	100	115
NORDESTE	13 702,7	14 059,5	15 383,2	103	112
OUTROS ESTADOS DO BRASIL					
Minas Gerais	18 429,9	19 436,7	20 783,1	105	113
São Paulo	30 135,3	32 322,8	34 197,7	107	113
Paraná	6 400,7	9 165,2	10 085,6	143	156
Rio Grande do Sul	12 355,1	14 582,3	18 506,7	118	150

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA NACIONAL SEGUNDO OS
SETORES DE ATIVIDADE E AS GRANDES REGIÕES. 1947/48 e 1953/54

QUADRO 34

R E G I Õ E S	PERÍODO	A T I V I D A D E		
		Primária	Secundária	Terciária
Norte	1947/48	2,2	1,1	2,4
	1953/54	1,7	0,9	2,1
Nordeste	1947/48	13,3	7,1	11,4
	1953/54	11,2	5,6	9,8
Leste	1947/48	30,0	36,5	41,9
	1953/54	29,3	33,8	42,2
Sul	1947/48	51,3	54,1	42,8
	1953/54	52,5	58,7	44,4
Centro-Oeste	1947/48	3,2	1,2	1,5
	1953/54	5,3	1,0	1,5
B R A S I L	1947/48	100,0	100,0	100,0
	1953/54	100,0	100,0	100,0
A L G U M A S U N I D A D E S F E D E R A D A S				
Minas Gerais	1947/48	18,0	8,2	9,0
	1953/54	16,8	7,8	8,9
Rio de Janeiro	1947/48	3,7	5,7	4,3
	1953/54	3,5	5,3	4,3
D. Federal	1947/48	0,2	18,5	22,4
	1953/54	0,4	17,1	23,4
São Paulo	1947/48	28,8	39,6	28,0
	1953/54	29,1	45,7	31,6
R. G. do Sul	1947/48	11,8	8,4	8,2
	1953/54	11,6	7,7	7,9
Paraná	1947/48	6,1	3,2	2,8
	1953/54	8,3	3,0	3,3

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

N O R D E S T E
REND A SOCIAL SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE.
PERCENTAGENS SOBRE OS RESPECTIVOS TOTAIS NACIONAIS — 1947/48 e 1953/54

QUADRO 35

UNIDADES FEDERADAS	PERÍODO	S E T O R E S								
		PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	T E R C I Á R I O						
				Subtotal	Transpor- tes e Comu- ni- ca- ções	Comércio	Interme- diários Financeiros	Serviços	Proprieda- de de Ca- sas e Edi- fícios	Governo
Maranhão.....	1947/48	1,1	0,4	1,0	0,7	1,5	0,4	1,1	0,3	0,7
	1953/54	1,4	0,3	0,9	0,6	1,4	0,1	1,0	0,2	0,6
Piauí.....	1947/48	0,9	0,2	0,7	0,3	1,1	0,3	0,7	0,2	0,5
	1953/54	0,6	0,2	0,6	0,3	1,0	0,2	0,7	0,1	0,4
Ceará.....	1947/48	2,5	1,4	2,4	1,4	3,4	1,2	2,7	1,3	1,8
	1953/54	2,0	1,2	2,0	1,2	3,0	1,0	2,5	0,9	1,6
Rio G. do Norte..	1947/48	1,3	0,3	0,9	0,6	1,2	0,3	0,9	0,3	1,3
	1953/54	1,0	0,3	0,8	0,6	1,0	0,3	0,8	0,2	1,2
Paraíba.....	1947/48	2,2	0,6	1,2	0,6	2,0	0,5	1,3	0,7	0,8
	1953/54	1,9	0,5	1,1	0,6	1,8	0,6	1,2	0,4	0,8
Pernambuco.....	1947/48	3,9	3,4	4,3	3,1	6,1	2,8	4,4	1,8	3,6
	1953/54	3,3	2,6	3,8	2,5	5,5	2,4	4,4	1,3	3,4
Alagoas.....	1947/48	1,3	0,7	0,8	0,5	1,1	0,4	0,9	0,3	0,6
	1953/54	1,1	0,5	0,6	0,4	1,0	0,4	0,8	0,2	0,6
NORDESTE.....	1947/48	13,2	7,0	11,3	7,3	16,5	5,8	12,0	4,9	9,3
	1953/54	11,2	5,6	9,8	6,1	14,8	5,2	11,4	3,3	8,6

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

NORDESTE

COMPOSIÇÃO DO PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA — 1947/1954

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 36

R A M O S	1947/48	1950/51	1953/54
Lavouras	4 191,2	7 443,9	10 855,8
Produção Animal e Derivados	1 445,0	2 172,3	3 457,9
Produção Extrativa Vegetal	896,2	1 134,5	1 395,4
TOTAL	6 532,4	10 750,7	15 709,1

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia, Fundação Getúlio Vargas e Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

NORDESTE

COMPOSIÇÃO DO PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA — 1947/1954

QUADRO 37

R A M O S	1947/48	1950/51	1953/54
Lavouras	64,2	69,2	69,1
Produção Animal e Derivados	22,1	20,2	22,0
Produção Extrativa Vegetal	13,7	10,6	8,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia, Fundação Getúlio Vargas e Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA — 1947/1954

POSIÇÃO RELATIVA DO NORDESTE NO TOTAL NACIONAL

QUADRO 38

R A M O S	1947/48	1950/51	1953/54
Lavouras	13,2	13,9	11,4
Produção Animal e Derivados	11,7	11,9	9,3
Produção Extrativa Vegetal	18,6	18,9	18,0
TOTAL	13,3	13,8	11,2

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia, Fundação Getúlio Vargas e Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

O NORDESTE E O BRASIL

POSIÇÃO RELATIVA DOS GRANDES COMPONENTES DO PRODUTO BRUTO DAS ATIVIDADES AGROPECUARIAS

PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA EM CADA ESTADO OU REGIÃO = 100

QUADRO 39

UNIDADES FEDERADAS	Lavouras			Produção Animal			Produção Extrativa Vegetal		
	1947/48	1950/51	1953/54	1947/48	1950/51	1953/54	1947/48	1950/51	1953/54
Maranhão.....	32,3	38,9	48,0	27,5	28,8	27,8	40,2	32,3	24,2
Piauí.....	27,6	40,7	46,6	18,4	21,8	28,3	54,0	37,5	25,1
Ceará.....	65,7	69,6	69,7	24,1	18,0	20,6	10,2	12,4	9,7
Rio Grande do Norte.....	69,4	71,4	66,8	21,4	20,9	25,3	9,2	7,7	7,9
Paraíba.....	75,3	77,7	77,7	14,8	16,1	16,6	9,9	6,2	5,7
Pernambuco.....	70,4	75,4	76,0	25,7	22,0	22,0	3,9	2,6	2,0
Alagoas.....	70,9	72,8	72,9	18,9	17,3	20,3	10,2	8,9	6,8
NORDESTE.....	64,2	69,2	69,1	22,1	20,2	22,0	13,7	10,6	8,9
BRASIL.....	64,0	68,8	68,0	25,3	23,5	26,5	9,8	7,7	5,5

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas. Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

O NORDESTE E O BRASIL

POSIÇÃO RELATIVA DOS GRANDES COMPONENTES DO PRODUTO BRUTO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

RENDA SOCIAL DO ESTADO OU REGIÃO = 100

QUADRO 40

UNIDADES FEDERADAS	Lavouras			Produção Animal			Produção Extrativa Vegetal		
	1947/48	1950/51	1950/54	1947/48	1950/51	1953/54	1947/48	1950/51	1953/54
Maranhão.....	12,0	16,5	23,8	10,2	12,2	13,8	14,9	13,7	12,0
Piauí.....	12,0	14,9	17,7	8,0	8,0	10,8	23,3	13,7	9,6
Ceará.....	22,7	27,8	25,7	8,3	7,2	7,6	3,5	5,0	3,6
Rio Grande do Norte.....	31,0	36,8	29,7	10,0	10,8	11,3	4,1	4,0	3,5
Paraíba.....	36,5	41,9	39,3	7,2	8,7	8,4	4,8	3,3	2,9
Pernambuco.....	21,3	24,9	24,9	7,8	7,2	7,2	11,7	8,4	6,6
Alagoas.....	31,3	33,8	35,2	8,4	7,9	9,8	4,5	4,1	3,3
NORDESTE.....	23,8	28,3	27,7	8,2	8,2	8,8	5,1	4,4	3,6
BRASIL.....	20,1	22,1	22,8	7,8	7,5	8,9	3,0	2,5	1,9

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas. Valores de produção na sua quase totalidade originários do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

N O R D E S T E

POSIÇÃO RELATIVA DE ALGUNS PRODUTOS NO PRODUTO BRUTO DO SETOR PRIMÁRIO — 1953/54

PERCENTAGENS

QUADRO 41

UNIDADES FEDERADAS	L A V O U R A S											PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL	
	Agave	Algodão	Arroz com Casca	Banana	Batata Doce	Café	Cana do Açúcar	Feijão	Fumo	Mandi- oca	Milho	Babaçá	Cêra do Carna- úba
Maranhão.....	—	5,5	20,9	2,3	0,1	0,0	2,1	2,7	1,3	5,4	4,9	18,2	1,7
Piauí.....	—	3,6	12,4	2,2	0,2	—	4,7	7,3	0,7	6,6	5,3	18,2	8,4
Ceará.....	0,0	25,7	2,9	6,5	0,6	2,8	4,1	7,5	0,3	5,6	7,7	0,1	3,7
R. G. Norte.....	2,0	34,3	0,6	3,4	3,9	—	3,0	5,6	0,1	5,5	5,1	—	2,4
Paraíba.....	5,4	27,6	1,1	2,2	1,9	0,3	6,8	6,0	1,3	7,6	6,7	—	0,1
Pernambuco....	0,3	9,8	0,1	4,4	2,6	8,6	20,6	4,8	0,4	13,8	4,7	0,0	0,0
Alagoas.....	0,2	7,8	1,8	1,6	0,5	2,4	22,1	8,0	1,3	11,5	5,1	—	—
NORDESTE.	1,2	16,7	4,2	4,0	1,6	3,3	10,9	5,7	0,7	8,9	5,7	2,6	1,5

Fonte dos Números Absolutos: Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura e Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

N O R D E S T E

POSIÇÃO RELATIVA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS PRIMÁRIOS NA RENDA SOCIAL. BIÊNIO 1947/48 e 1953/54

QUADRO 42

UNIDADES FEDERADAS	Algodão		Cana de Açúcar		Mandioca		Feijão		Milho		Arroz		Babaçú		Cêra de Carnaúba	
	1947/ 48	1953/ 54	1947/ 48	1953/ 54	1947/ 48	1953/ 54	1947/ 48	1953/ 54	1947/ 48	1953/ 54	1947/ 48	1953/ 54	1947/ 48	1953/ 54	1947/ 48	1953/ 54
Maranhão.....	1,5	2,7	0,6	1,1	1,9	2,7	0,5	1,1	2,0	2,4	3,6	10,4	10,7	9,0	1,5	0,9
Piauí.....	0,6	1,4	1,8	1,8	2,1	2,5	1,7	2,8	1,5	2,0	2,2	4,7	5,1	3,0	16,1	3,2
Ceará.....	7,9	9,5	0,4	1,5	1,1	2,1	1,0	2,9	3,1	2,8	1,2	1,1	-	0,0	0,8	1,4
Rio Grande do Norte...	17,4	15,3	1,0	1,4	2,6	2,4	2,5	2,6	2,3	2,3	0,3	0,2	---	---	1,9	1,1
Paraíba.....	10,7	14,0	3,9	3,5	3,0	3,9	3,4	3,0	3,0	3,4	0,4	0,6	-	---	0,1	0,0
Pernambuco.....	2,9	3,2	6,8	6,8	2,8	4,5	1,2	1,6	1,5	1,6	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0
Alagoas.....	3,7	3,8	10,1	10,7	4,7	5,6	3,8	3,9	2,5	2,5	0,7	0,9	-	-	-	---
NORDESTE.....	5,9	6,7	4,4	4,4	2,7	3,6	2,0	2,3	2,2	2,3	0,8	1,7	1,2	1,1	1,5	0,6

Nota: Produtos classificados segundo suas respectivas importâncias no conjunto da Renda Social do Nordeste, no biênio 1953 e 1954.

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia, Fundação Getúlio Vargas, e Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

**POSIÇÃO RELATIVA DE ALGUNS PRODUTOS NO PRODUTO BRUTO DO
SETOR PRIMÁRIO E NA RENDA SOCIAL DE CADA ESTADO — 1953/54**

PERCENTAGENS

QUADRO 43

PRODUTOS	MINAS GERAIS		SÃO PAULO		PARANA		RIO G. DO SUL		BAHIA	
	Produto Bruto Primário	Renda Social	Produto Bruto Primário	Renda Social	Produto Bruto Primário	Renda Social	Produto Bruto Primário	Renda Social	Produto Bruto Primário	Renda Social
Algodão.....	1,1	0,6	8,8	2,5	2,6	1,5	—	—	—	—
Arroz.....	13,6	6,8	11,7	3,4	7,0	3,9	15,6	6,7	—	—
Café.....	20,7	10,3	31,5	9,1	36,5	20,7	—	—	—	—
Milho.....	13,2	6,6	5,7	1,6	13,5	7,6	13,0	5,6	—	—
Trigo.....	—	—	—	—	—	—	16,2	6,9	—	—
Cacau.....	—	—	—	—	—	—	—	—	33,0	14,7

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia, Fundação Getúlio Vargas, e Serviço de Estatística
Produção do Ministério da Agricultura e Equipe da Renda

O NORDESTE E O BRASIL

COMPOSIÇÃO DO PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA

NÚMEROS ÍNDICES EM 1953/54. 1947/48 = 100

QUADRO 44

UNIDADES FEDERADAS	Lavouras	Produção Animal	Produção Extrativa Vegetal	Produto Bruto Agrícola
Maranhão	520	356	211	351
Piauí	296	269	82	175
Ceará	247	199	222	233
R. G. do Norte	200	246	178	208
Paraíba	246	267	138	238
Pernambuco	261	208	126	242
Alagoas	245	255	158	238
NORDESTE	259	239	156	240
BRASIL	300	300	160	286

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

PRODUTOS AGRÍCOLAS MAIS IMPORTANTES DO NORDESTE
NÚMEROS ÍNDICES DO RENDIMENTO, EM VALOR, POR HECTARE — 1953/1954
MÉDIA DO NORDESTE = 100

QUADRO 45

PRODUTOS	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
Algodão em pluma	182	139	195	185	—	—
Algodão em carôço	144	116	187	161	—	—
Arroz com casca	228	184	289	266	295	371
Banana	75	66	63	59	58	77
Café	83	102	96	121	126	—
Cana de Açúcar	84	128	146	172	—	51
Côco da Bahia	180	289	237	—	—	—
Feijão	148	147	201	193	208	173
Mamona	129	—	203	144	—	258
Mandioca	192	145	241	208	157	146
Milho	256	176	225	188	270	203

Fonte dos Números Absolutos: Serviço de Estatística da Produção, Ministério da Agricultura.

B R A S I L

CONSUMO TOTAL DE ENERGIA ELÉTRICA NOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS

MÉDIAS MENSAIS

1.º — Em 1.000 Kwh

QUADRO 46

R E G I Õ E S	1951	1952	1953	1954	1955
Norte	1 727	1 987	2 182	2 433	2 415
Nordeste	12 183	12 319	14 187	15 707	17 444
Leste	126 250	131 674	134 386	153 936	166 607
Sul	159 559	167 712	169 395	182 080	202 877
Centro-Oeste	571	661	538	537	621

2.º — NÚMEROS ÍNDICES 1951 = 100

Norte	100	115	126	141	140
Nordeste	100	101	116	129	143
Leste	100	104	106	122	132
Sul	100	105	106	114	127
Centro-Oeste	100	116	94	94	109

FONTE DOS NÚMEROS ABSOLUTOS: I.B.G.E., segundo divulgação no Relatório do Banco do Brasil. Ano 1955, pág. 105.

ESTRADAS DE FERRO. TONELADAS-QUILÔMETROS DE MERCADORIAS TRANSPORTADAS

QUADRO 47

R E G I Õ E S	1.000.000 TON./KM		PERCENTAGEM SOBRE TOTAL NACIONAL		NÚMEROS-ÍNDICES 1949=100
	1949	1953	1949	1953	1953
Nordeste	242	285	3,3	3,4	118
Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo (*)	5 370	7 391	73,6	87,2	138
B R A S I L	7 291	8 473	100,0	100,0	116

(*) Exclui Tramway da Cantareira.

FONTE: D.N.E.F. (M.V.O.P.) Boletim Estatístico 1954.

B R A S I L

CAMINHÕES EM CIRCULAÇÃO — PERCENTAGENS (TOTAL DO BRASIL=100)

QUADRO 48

R E G I Õ E S	PERCENTAGEM SOBRE TOTAL DO BRASIL		NÚMEROS ÍNDICES EM 1954 = 100
	1948 (1)	1954 (2)	
Norte	0,9	1,2	333
Nordeste	7,8	8,1	263
Leste	32,0	33,3	262
Sul	57,8	55,7	243
Centro-Oeste	1,5	1,7	285
A L G U M A S U N I D A D E S F E D E R A D A S			
Minas Gerais	9,0	7,4	207
Rio de Janeiro	5,8	3,7	160
Distrito Federal	13,4	18,5	347
São Paulo	38,4	37,0	243
TOTAL DESTAS UNIDA- DES FEDERADAS	66,6	66,6	252

(1) 31/12/1948.

(2) 2.º Semestre.

FONTE DOS NÚMEROS ABSOLUTOS :

Para 1948, Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística. I.B.G.E. Anuário Estatístico do Brasil, Ano 1949, pág. 226.

Para 1954, Comissão Executiva da Defesa da Borracha. Boletim de Estatística e Informações, Ano 5, N.º 6, pág. 25.

B R A S I L
NAVEGAÇÃO MARÍTIMA — NAVIOS ENTRADOS

QUADRO 49

REGIÕES	1.000 TON.		PERCENTAGENS		NÚMEROS ÍNDICES
	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48=100
Norte	3 878	5 046	5,2	4,7	130
Nordeste	16 483	15 497	21,9	14,5	94
Leste	28 464	40 938	37,8	38,5	144
Sul	26 086	44 884	34,7	42,2	172
Centro-Oeste	312	77	0,4	0,1	25
BRASIL	75 223	106 442	100,0	100,0	142
ALGUMAS UNIDADES FEDERADAS					
Distrito Federal	19 288	26 949	25,6	25,3	140
São Paulo (Santos)	15 178	27 128	20,2	25,5	179
TOTAL DESTAS UNIDADES FEDERADAS	34 466	54 077	45 8	50,8	157

Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério de Fazenda. Dados para 1947/48, Anuário Estatístico do Brasil, Ano 1950, pág. 188; para 1953/54 idem, Ano 1955, pág. 214.

POTÊNCIAS DAS USINAS GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA
EM Kw. — AUMENTO ENTRE 1948 E 1954

QUADRO 50

ESPECIFICAÇÃO	Variação entre 1948 e 1954 —Kw	% sôbre o total nacional	Existentes em 1954	% sôbre o total nacional
Nordeste	+ 156 084 ⁽¹⁾	11,7	396 193	14,1
Rio de Janeiro	+ 468 309	35,0	818 522	29,2
Distrito Federal	— 2 699	— 0,2	12 997	0,5
São Paulo	+ 383 128	28,6	1 127 128	40,1
Minas Gerais	+ 75 625	5,6	268 847	9,6
Minas Gerais, Rio de Janeiro, Dis- trito Federal e São Paulo	924 363	69,0	2 227 494	79,4
Outras Zonas	257 880	19,3	183 891	6,5
BRASIL	1 339 047	100,0	2 807 578	100,0

⁽¹⁾ Inclusive Sergipe e Bahia.

Fonte: Divisão de Águas, do D.N.P.M. Anuário Estatístico do Brasil. 1955, pág. 181/182.

B R A S I L

ESTABELECIMENTOS BANCARIOS. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
EM 1948 E 1954

138

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA

QUADRO 51

R E G I Õ E S	1 9 4 8			1 9 5 4		
	Total	Matrizes	Sucursais, Filiais e Agências	Total	Matrizes	Sucursais, Filiais e Agências
Norte	0,1	1,2	1,2	1,0	1,3	1,0
Nordeste	5,1	10,6	3,6	4,3	10,9	3,4
Leste	42,6	56,8	39,4	34,9	53,6	32,6
Sul	49,0	29,3	53,5	57,5	32,1	60,7
Centro-Oeste	2,2	2,1	2,3	2,3	2,1	2,3
B R A S I L	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A L G U M A S U N I D A D E S F E D E R A D A S						
Minas Gerais	20,4	8,7	23,1	16,4	9,1	17,3
Rio de Janeiro	5,6	3,8	6,0	3,6	3,1	3,6
D. Federal	11,4	38,3	5,2	9,9	34,9	6,8
São Paulo	32,6	24,2	34,5	37,6	26,8	38,9
TOTAL DESTAS UNIDA- DES FEDERADAS	70,0	75,0	68,8	77,5	73,9	66,6

FONTE DOS NÚMEROS ABSOLUTOS: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda. Anuário Estatístico do Brasil, Ano 1949, pág. 283 e Ano 1954, pág. 257.

COMERCIO EXTERIOR DE ALGUMAS REGIÕES DO BRASIL

EXPORTAÇÃO

QUADRO 52

UNIDADES FEDERADAS	US\$ 1.000		PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL NACIONAL	
	1954	1955	1954	1955
Do Nordeste	68 372	105 970	4,1	7,4
Algumas do Leste e Sul	1 058 885	942 436	64,3	62,8
Minas Gerais	3	4	0,0	0,0
Espírito Santo	86 298	75 607	5,2	5,0
Rio de Janeiro	7 578	15 724	0,5	1,0
Distrito Federal	244 926	248 796	14,9	16,6
São Paulo	720 080	602 305	43,7	40,2
Demais Unidades Federadas	520 877	450 447	31,6	29,8
B R A S I L	1 648 134	1 498 853	100,0	100,0

FONTE DOS NÚMEROS ABSOLUTOS: Serviço de Estatística Econômica e Financeira, Ministério da Fazenda. Relatório do Banco do Brasil, Ano 1955, Parte III, pág. 122.

B R A S I L
IMPORTAÇÃO DE MAQUINAS E ACESSÓRIOS APLICADOS A INDÚSTRIA
DE TRANSFORMAÇÃO
 (Cr\$ 1.000.000,00)

QUADRO 53

PERÍODO	Cr\$ 1.000.000		Percentagens do Nordeste
	Brasil	Nordeste	
1951	3 675,2	252,1	6,9
1952	4 205,8	305,6	7,3
1953	3 566,0	88,2	2,5
1954	5 632,1	96,3	1,7
1951/52	3 940,5	278,9	7,1
1953/54	4 599,0	92,3	2,0

Fonte dos Números Absolutos: Serviço de Estatística Econômica e Financeira de Ministério da Fazenda. Divulgados através:
 do Anuário Estatístico do Brasil, 1952, págs. 294 e 295

1953, págs. 284 e 285

1955, págs. 304 a 309;

do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste, maio de 1956, pág. 37;

e "Comércio Exterior do Brasil", por Mercadorias, segundo os portos 1951/52 págs. 56 a 167.

B R A S I L
PROPORÇÃO DE ANALFABETOS ENTRE AS PESSOAS DE 5 E MAIS ANOS
DE IDADE, SEGUNDO O CENSO DE 1950

QUADRO 54

REGIÕES	Pessoas de 5 e mais anos de idade	Pessoas Analfabetas	Percentagens de Analfabetos
Norte	1 534 438	921 511	60
Nordeste	10 379 574	7 763 909	75
Leste	15 909 672	9 224 711	58
Sul	14 309 066	6 110 272	43
Centro-Oeste	1 440 867	964 392	67
BRASIL	43 573 617	24 984 795	57

Fonte dos Números Absolutos: Serviço Nacional de Recenseamento. Anuário Estatístico do Brasil, Ano 1952, pág. 37.

N O R D E S T E

PROPORÇÃO DE ANALFABETOS ENTRE AS PESSOAS DE 5 E MAIS ANOS DE IDADE. CONFRONTO COM ALGUMAS UNIDADES FEDERADAS DE OUTRAS REGIÕES
1 9 5 0

QUADRO 55

UNIDADES FEDERADAS	PESSOAS DE 5 E MAIS ANOS DE IDADE	PESSOAS ANALFABETAS	PERCENTAGEM DE ANALFABETOS
NORDESTE			
Maranhão	1 334 320	1 044 412	78
Piauí	860 074	674 739	78
Ceará	2 212 237	1 621 159	73
Rio Grande do Norte	800 538	577 615	72
Paraíba	1 423 628	1 062 519	75
Pernambuco	2 838 308	2 057 645	72
Alagoas	909 978	725 694	80
ALGUMAS UNIDADES FEDERADAS			
Minas Gerais	6 438 907	3 976 986	62
Rio de Janeiro	1 924 662	969 755	50
Distrito Federal	2 118 893	426 171	20
São Paulo	7 796 857	3 169 528	41
TOTAL DESTAS UNIDADES FEDERADAS	18 279 319	8 542 440	47

FONTE DOS NÚMEROS ABSOLUTOS: Serviço Nacional de Recenseamento. Anuário Estatístico do Brasil, Ano 1952, pág. 37.

O N O R D E S T E E O B R A S I L
POSIÇÃO RELATIVA DOS RAMOS INDUSTRIAIS MAIS IMPORTANTES NO CONJUNTO DAS INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO — COMPARAÇÃO ENTRE VALORES DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
QUADRO 56

P O S I Ç Ã O RELATIVA	PERCENTAGENS SOBRE O TOTAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL			
	Nordeste		Brasil	
	1939	1949	1939	1949
O mais importante ..	40	38	20	21
Os 2 mais importantes	73	76	38	41
Os 3 mais importantes	75	82	46	50
Os 4 mais importantes	77	86	52	60
Os 5 mais importantes	79	89	57	68
Os 6 mais importantes	81	92 ⁽¹⁾	62	72

(1) Há dois ramos industriais classificados em sexto lugar no Nordeste.

FONTE DOS NÚMEROS ABSOLUTOS: Serviço Nacional de Recenseamento. Censos de 1940 e 1950.

O NORDESTE E O BRASIL
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
RAMOS INDUSTRIAIS MAIS IMPORTANTES SEGUNDO O VALOR DA
TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL — 1940 e 1950
QUADRO 57

POSIÇÃO RELATIVA	NORDESTE		BRASIL	
	1939	1949	1939	1949
1. ^o	Produtos ali- mentares	Têxtil	Produtos ali- mentares	Produtos ali- mentares
2. ^o	Têxtil	Produtos ali- mentares	Têxtil	Têxtil
3. ^o	Bebidas	Química e Farmaceutica	Química e Farmaceutica	Metalúrgica
4. ^o	Transf. mine- rais não me- tálicos	Transf. mine- rais não me- tálicos	Metalúrgica	Química e Farmaceutica
5. ^o	Química e Farmaceutica	Bebidas	Bebidas	Transf. mine- rais não me- tálicos
6. ^o	Couros, peles e similares	Fumo e Meta- lúrgica	Mecânica	Vestuário, cal- çado e artefa- tos de tecidos
7. ^o	Editorial e Gráfica	Editorial e Grá- fica e Vestuá- rio, calçado, ar- tefatos de tecidos	Madeira	Bebidas
8. ^o	Vestuário, cal- çado e artefa- tos de tecidos	Couros, peles e similares	Transf. mine- rais não me- tálicos	Editorial e Gráfica
9. ^o	Madeira	Madeira	Vestuário, cal- çado e artefa- tos de tecidos	Madeira
10. ^o	Papel e pa- pelão	Mobiliário e Papel e papelão	Editorial e Gráfica	Mobiliário e Papel e papelão

Fonte dos Números Absolutos: Serviço Nacional de Recenseamento. Censo Eco-
nômico de 1940 e 1950.

B R A S I L

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO — 1949

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL — TOTAL DO BRASIL = 100

QUADRO 58

UNIDADES FEDERADAS	Estabele- cimentos	Operários Ocupados (Média Men- sal)	Valor da Produção	Valor da Transfor- mação In- dustrial
NORTE	1,4	0,9	0,5	0,6
Amazonas				
Pará	0,3	0,2	0,1	0,2
Território do Acre	1,0	0,7	0,4	0,4
Território do Rio Branco	0,1	0,0	0,0	0,0
Território do Ama- pá	0,0	0,0	0,0	0,0
Território do Gua- poré	0,0	0,0	0,0	0,0
NORDESTE	13,5	14,0	7,6	7,7
Maranhão	1,0	0,7	0,2	0,3
Piauí	0,5	0,2	0,1	0,0
Ceará	3,1	2,3	0,8	0,6
Rio Grande do Nor- te	1,4	0,6	0,4	0,3
Paraíba	1,8	2,0	1,1	1,1
Pernambuco	4,3	6,4	4,2	4,5
Alagoas	1,4	1,8	0,8	0,9
LESTE	31,8	31,0	29,6	29,7
Sergipe	1,3	1,2	0,4	0,5
Bahia	4,8	2,6	1,2	1,2
Minas Gerais	13,1	8,8	7,2	6,7
Espírito Santo	2,2	0,5	0,7	0,5
Rio de Janeiro	4,2	6,0	6,0	6,5
Distrito Federal	6,2	11,9	14,1	14,3
SUL	52,0	53,7	61,7	61,5
São Paulo	29,2	40,5	48,4	49,3
Paraná	4,1	2,3	2,9	2,8
Santa Catarina	4,5	2,8	1,8	1,9
Rio Grande do Sul	14,2	8,1	8,6	7,5
CENTRO-OESTE	1,3	0,4	0,6	0,5
Mato Grosso	0,5	0,2	0,2	0,2
Goiás	0,8	0,2	0,4	0,3
B R A S I L	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS NÚMEROS ABSOLUTOS: Serviço do Recenseamento — Sinopse Preliminar do Censo Industrial.

O NORDESTE E O BRASIL
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO CENSO DE 1950

QUADRO 59

UNIDADES FEDERADAS	Cr\$ 1.000,00		RELAÇÃO PRODUTO CAPITAL
	Transformação industrial por operário	Capital aplicado por operário	
Maranhão	16,4	13,4	2,6
Piauí	11,7	18,6	1,6
Ceará	10,8	16,5	1,9
Rio Grande do Norte	18,5	23,2	2,8
Paraíba	22,2	18,7	2,6
Pernambuco	29,0	25,9	2,4
Alagoas	21,4	25,4	1,7
NORDESTE	22,8	22,4	2,3
BRASIL	41,4	37,7	2,5
Distrito Federal	49,9	35,8	3,1
São Paulo	50,4	42,8	2,6

FONTE DOS NÚMEROS ABSOLUTOS: Serviço Nacional de Recenseamento. Sinopse Preliminar do Centro Industrial.

BRASIL

REDA SOCIAL DOS SETORES SECUNDARIO E TERCIARIO POR TIPOS DE PAGAMENTOS.
TOTAIS DA AGRICULTURA. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL EM 1947/48 e 1953/54

TOTAL DE CADA REGIAO = 100

QUADRO 60

REGIÕES	Remuneração do Trabalho (+)		Lucro		Juros		Propriedade de Casas e Edifícios		Agricultura e Produção Animal	
	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54
Norte.....	61,1	55,6	5,0	10,6	0,3	0,3	1,2	1,2	32,4	32,3
Nordeste.....	55,5	53,1	5,6	5,1	0,4	0,3	1,3	1,4	37,2	40,1
Leste.....	60,1	56,7	10,5	10,8	1,1	1,3	3,3	3,9	25,0	27,3
Sul.....	51,7	46,5	10,8	12,9	0,0	0,8	3,3	4,7	33,3	35,1
Centro-Oeste.....	44,9	29,7	3,7	2,6	0,2	0,1	1,4	1,3	49,9	66,3
BRASIL...	55,3	50,6	9,8	11,1	0,9	0,9	3,0	3,9	31,0	33,5

(*) Exclui Trabalhadores Agrícolas.

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL
RENDA SOCIAL DOS SETORES SECUNDARIO E TERCIARIO POR TIPOS DE PAGAMENTOS.
TOTAIS DA AGRICULTURA
Cr\$ 1.000.000,00

QUADRO 61

REGIÕES	MÉDIAS ANUAIS									
	Remuneração do Trabalho (+)		Lucro		Juros		Propriedade de Casas e Edifícios		Agricultura e Produção Animal	
	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54
Norte.....	2 039,3	3 990,5	165,4	763,3	8,6	20,2	40,2	86,7	1 083,3	2 322,3
Nordeste.....	9 763,3	20 796,7	982,2	2 011,1	71,4	126,7	226,7	543,8	6 532,3	15 709,0
Leste.....	35 365,2	85 773,5	6 156,7	16 297,9	623,9	1 908,2	1 922,6	5 861,9	14 725,9	41 149,8
Sul.....	38 971,5	97 710,3	8 131,2	26 977,8	683,4	1 733,2	2 481,2	9 782,7	25 149,9	73 679,5
Centro-Oeste.....	1 357,4	3 310,6	110,5	291,2	6,8	16,8	46,5	195,9	1 510,3	7 416,4
BRASIL.....	87 496,7	211 581,6	15 546,0	46 341,3	1 394,1	3 805,1	4 712,2	16 471,0	49 001,7	140 277,0

(*) Exclui Trabalhadores Agrícolas.

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

O NORDESTE E O BRASIL
RENDA SOCIAL POR TIPOS DE PAGAMENTO.
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL. TOTAL DE CADA ESTADO = 100

QUADRO 62

UNIDADES FEDERADAS	Remuneração do Trabalho (+)		Lucro		Juros		Propriedade de Casas e Edifícios		Agricultura e Produção Animal	
	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54
Amazonas.....	51,4	49,2	5,5	6,8	0,3	0,2	1,1	1,2	41,7	42,6
Pará.....	67,6	59,6	4,6	13,1	0,3	0,3	1,3	1,2	26,2	25,8
Maranhão.....	57,0	44,7	4,8	4,6	0,2	0,2	0,9	0,8	37,1	49,7
Piauí.....	51,8	56,9	3,8	4,0	0,1	0,2	0,7	0,9	43,3	38,0
Ceará.....	58,6	56,8	4,8	4,1	0,3	0,3	1,7	2,0	34,6	36,8
Rio G. do Norte..	51,0	51,4	3,1	2,7	0,1	0,1	1,0	1,3	44,8	44,5
Paraíba.....	47,0	44,8	3,1	3,1	0,1	0,3	1,4	1,2	48,4	50,6
Pernambuco.....	60,0	57,8	7,8	7,4	0,7	0,5	1,3	1,5	30,2	32,8
Alagoas.....	48,1	46,1	6,5	4,3	0,4	0,3	0,9	1,0	44,1	48,3
Sergipe.....	58,9	53,9	5,8	4,2	0,5	0,4	1,1	0,9	33,7	40,6
Bahia.....	55,5	48,8	4,6	4,5	0,5	0,5	1,4	1,5	38,0	44,7
Minas Gerais.....	44,2	42,5	5,7	5,8	0,4	0,3	1,7	1,6	48,0	49,8
Espírito Santo....	46,6	36,8	4,6	5,5	0,3	0,2	1,6	1,2	46,9	56,3
Rio de Janeiro....	64,6	60,8	5,5	6,6	0,3	0,3	3,3	4,2	26,3	28,1
Distrito Federal..	74,0	71,1	18,2	18,6	2,1	2,7	5,3	6,7	0,4	0,9
São Paulo.....	54,1	50,0	12,1	14,4	1,1	1,0	4,4	5,7	28,3	28,9
Paraná.....	43,9	33,0	5,8	7,3	0,3	0,3	1,8	2,7	48,2	56,7
Santa Catarina....	43,6	40,5	5,9	8,2	0,2	0,2	1,0	1,2	49,3	49,9
Rio Grande do Sul	49,5	42,8	9,8	11,2	0,7	0,7	1,0	2,6	39,0	42,7
Mato Grosso.....	47,6	31,3	3,4	2,2	0,3	0,2	1,4	1,1	47,3	65,2
Goiás.....	42,5	28,4	3,8	2,9	0,2	0,1	1,3	1,4	52,2	67,2
NORDESTE.....	55,5	53,1	5,6	5,1	0,4	0,3	1,3	1,4	37,2	40,1
BRASIL.....	55,3	50,6	9,8	11,1	0,9	0,9	3,0	3,9	31,0	33,5

(*) Exclui Trabalhadores Agrícolas.

Fonte: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL

SALÁRIOS E ORDENADOS NAS ATIVIDADES SECUNDARIAS E TECIÁRIAS.
PERCENTAGENS SOBRE A RENDA SOCIAL DA REGIÃO. 1953/54

QUADRO 63

REGIÕES	Indústria	Transportes e Comunicações	Comércio	Intermediários Financeiros	Serviços	Governo	TOTAL
Norte	3,7	5,0	3,4	1,6	1,7	9,5	24,9
Nordeste	5,3	2,9	2,7	1,3	2,8	6,2	21,2
Leste	9,9	5,6	3,4	2,4	4,3	9,0	34,6
Sul	12,9	3,7	2,8	1,4	2,5	5,4	28,7
Centro-Oeste	1,5	2,8	1,1	0,7	1,4	4,4	11,9
BRASIL	33,8	20,0	13,4	7,4	12,7	34,5	121,3

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

NORDESTE. CONFRONTO COM ALGUMAS UNIDADES FEDERADAS DA REGIÃO LESTE E SUL.
SALÁRIOS E ORDENADOS NAS ATIVIDADES SECUNDÁRIAS E TERCIÁRIAS, PERCENTAGENS SOBRE A
RENDA SOCIAL DOS ESTADOS. 1953/1954

QUADRO 64

UNIDADES FEDERADAS	Indústria	Transpor- tes e Co- municações	Comércio	Interme- diários Fi- nanceiros	Serviços	Govêrno	TOTAL
NORDESTE	5,3	2,9	2,7	1,3	2,8	6,2	21,2
Maranhão	1,9	3,0	2,3	0,9	2,0	4,5	14,6
Piauí	2,5	3,2	3,7	1,3	2,0	5,3	18,0
Ceará	3,4	2,9	3,1	1,3	2,8	5,9	19,4
Rio Grande do Norte	3,0	3,9	3,1	1,2	1,6	10,6	23,4
Paraíba	4,1	2,0	2,1	1,1	2,0	4,5	15,8
Pernambuco	8,3	3,1	2,8	1,4	3,9	6,8	26,3
Alagoas	6,6	2,4	1,9	1,1	1,9	5,1	19,0
ALGUMAS UNIDADES FEDERADAS							
Minas Gerais	6,0	3,7	1,5	1,3	4,3	4,0	20,8
Rio de Janeiro	14,0	6,1	2,3	1,0	4,2	7,8	35,4
Distrito Federal	14,3	8,0	5,7	4,1	5,2	14,8	52,1
São Paulo	15,4	3,9	2,9	1,4	3,0	5,2	31,8
Paraná	5,7	3,1	1,8	1,1	1,5	4,8	18,0
Rio Grande do Sul	8,8	3,3	3,0	1,3	2,8	6,7	25,9

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

B R A S I L

RENDA SOCIAL DOS SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO POR TIPOS DE PAGAMENTOS.
TOTAL DA AGRICULTURA. NÚMEROS-ÍNDICES EM 1953/54 — BIÊNIO 1947/48=100

QUADRO 65

R E G I Õ E S	REMUNE- RAÇÃO DO TRABA- LHO (*)	LUCRO	JUROS	PROPRIE- DADE DE CASAS E EDIFÍCIOS	AGRICUL- TURA E PRODUÇÃO ANIMAL
Norte	196	461	236	216	214
Nordeste	213	203	178	240	240
Leste	243	265	306	305	279
Sul	251	332	254	394	293
Centro-Oeste	244	264	246	352	491
B R A S I L	242	298	273	348	286

(*) — Exclui trabalhadores Agrícolas.

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. (FGV)

O NORDESTE E O BRASIL

RENDA SOCIAL DOS SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO POR TIPOS DE PAGAMENTOS.
TOTAIS DA AGRICULTURA. NÚMEROS-ÍNDICES EM 1953/54 — BIÊNIO 1947/48=100

QUADRO 66

UNIDADES FEDERADAS	REMUNE- RAÇÃO DO TRABA- LHO (*)	LUCRO	JUROS	PROPRIE- DADE DE CASAS E EDIFÍCIOS	AGRICUL- TURA E PRODUÇÃO ANIMAL
Amazonas	198	255	182	234	211
Pará	194	630	275	205	218
Maranhão	206	252	181	219	351
Piauí	219	212	124	234	175
Ceará	212	190	183	250	233
Rio Grande do Norte	211	184	205	256	208
Paraíba	218	224	448	201	238
Pernambuco	214	213	158	247	242
Alagoas	208	145	182	246	238
Sergipe	211	165	214	188	278
Bahia	213	242	224	262	285
Minas Gerais	248	262	220	239	268
Espírito Santo	243	371	249	243	371
Rio de Janeiro	241	310	223	321	273
Distrito Federal	248	263	330	324	527
São Paulo	262	337	255	372	289
Paraná	246	413	337	513	386
Santa Catarina	207	306	269	269	226
Rio Grande do Sul	222	294	229	680	281
Mato Grosso	228	221	261	276	478
Goiás	260	297	228	420	501
NORDESTE	213	205	178	240	240
B R A S I L	242	298	273	348	286

(*) — Exclui Trabalhadores Agrícolas.

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. (FGV)

B R A S I L

REND A SOCIAL DOS SETORES SECUNDÁRIO E T E C IÁRIO, POR TIPOS DE PAGAMENTO. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL EM 1947/48 e 1953/54. TOTAIS DO BRASIL = 100

QUADRO 67

R E G I Õ E S	REMUNERAÇÃO DO TRABALHO (*)		LUCRO		JUROS		PROPRIEDADE DE CASAS E EDIFÍCIOS	
	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54
Norte	2,3	1,9	1,1	1,7	0,6	0,5	0,9	0,5
Nordeste	11,2	9,8	6,3	4,3	5,1	3,4	4,8	3,3
Leste	40,4	40,5	39,6	35,2	44,8	50,2	40,7	35,7
Sul	44,5	46,2	52,3	58,2	49,0	45,5	52,7	59,6
Centro-Oeste	1,6	1,6	0,7	0,6	0,5	0,4	0,9	0,9
B R A S I L	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Exclui Trabalhadores Agrícolas.

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

O NORDESTE E O BRASIL
TOTAIS DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHO E LUCRO. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR UNIDADES DA
FEDERAÇÃO. 1947/48 e 1953/54

TOTAIS DO BRASIL = 100

QUADRO 68

UNIDADES FEDERADAS	REMUNERAÇÃO DO TRABALHO (*)		LUCRO	
	1947/48	1953/54	1947/48	1953/54
Amazonas	0,8	0,6	0,5	0,4
Pará	1,5	1,2	0,6	1,2
Maranhão	1,0	0,8	0,5	0,4
Piauí	0,6	0,6	0,3	0,2
Ceará	2,4	2,2	1,1	0,7
Rio Grande do Norte	0,9	0,7	0,3	0,2
Paraíba	1,2	1,1	0,5	0,3
Pernambuco	4,3	3,8	3,2	2,3
Alagoas	0,8	0,7	0,6	0,3
Sergipe	0,7	0,6	0,4	0,2
Bahia	4,7	4,2	2,2	1,8
Minas Gerais	9,3	9,5	6,7	5,9
Espírito Santo	0,9	0,9	0,5	0,6
Rio de Janeiro	5,1	5,1	2,4	2,5
Distrito Federal	19,7	20,2	27,3	24,1
São Paulo	30,8	33,4	38,9	44,1
Paraná	3,1	3,2	2,3	3,2
Santa Catarina	2,2	1,9	1,7	1,8
Rio Grande do Sul	8,4	7,7	9,3	9,2
Mato Grosso	0,8	0,7	0,3	0,2
Goiás	0,8	0,9	0,4	0,4
B R A S I L	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Exclui Trabalhadores Agrícolas.

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas.

B R A S I L
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL — 1.000 HABITANTES

QUADRO 69

R E G I Õ E S	1947/48	1950/51	1953/54
Norte	1 753,5	1 866,0	1 997,0
Nordeste	11 800,0	12 640,0	13 543,0
Leste	17 940,0	19 092,0	20 261,5
Sul	15 840,5	17 241,5	18 783,5
Centro-Oeste	1 596,0	1 767,0	1 957,5
B R A S I L	48 930,0	52 606,5	56 542,5

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
1947/1954
TOTAIS NACIONAIS = 100

QUADRO 70

REGIÕES	1947/48	1950/51	1953/54	1947/54
Norte	3,6	3,5	3,5	3,6
Nordeste	24,1	24,0	24,0	24,0
Leste	36,6	36,3	35,8	36,2
Sul	32,4	32,8	33,2	32,8
Centro-Oeste	3,3	3,4	3,5	3,4
B R A S I L	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS NÚMEROS ABSOLUTOS: Serviço Nacional de Recenseamento.

B R A S I L
RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE
ATIVA E A POPULAÇÃO TOTAL
1940 e 1950

QUADRO 71

R E G I Õ E S	1940	1950
Norte	35	36
Nordeste	34	36
Leste	33	38
Sul	35	40
Centro-Oeste	33	37
B R A S I L	34	38

FONTE: Equipe da Renda Nacional do Instituto Brasileiro de Economia. (F.G.V.)

FONTE DOS NÚMEROS ABSOLUTOS: Serviço Nacional de Recenseamento.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO AS REGIÕES — 1940 e 1950

(Em habitantes)

QUADRO 72

R E G I Õ E S	NÚMEROS ABSOLUTOS		NÚMEROS RELATIVOS			
	1940	1950	PERCENTAGENS Brasil = 100		NÚMEROS ÍNDICES 1940 = 100	
			1940	1950	1940	1950
Norte	512 217	660 320	3,7	3,3	100	129
Nordeste	3 367 466	4 484 488	24,0	22,7	100	133
Leste	5 196 475	7 159 839	37,1	36,1	100	138
Sul	4 534 968	6 838 888	32,3	34,6	100	151
Centro-Oeste	408 997	647 113	2,9	3,3	100	158
BRASIL	14 020 123	19 790 648	100,0	100,0	100	141

FONTE DOS NÚMEROS ABSOLUTOS: Serviço Nacional de Recenseamento, I.B.G.E. O dado relativo ao Setor Primário para 1950 foi ajustado pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas.

**BRASIL. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA — DISTRIBUIÇÃO
PERCENTUAL DOS SETORES DE ATIVIDADE — 1940 e 1950**

QUADRO 73

R E G I Õ E S	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Norte	3,9	3,7	1,9	1,7	3,6	3,1
Nordeste	27,3	27,0	16,5	12,4	16,4	15,2
Leste	35,9	34,6	36,3	35,3	41,6	41,1
Sul	29,6	30,5	43,3	49,5	36,4	38,8
Centro-Oeste	3,3	4,2	2,0	1,1	2,0	1,8
B R A S I L	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
ALGUMAS UNIDADES FEDERADAS						
Minas Gerais	17,3	16,3	9,8	9,8	11,3	11,5
Rio de Janeiro	3,6	2,7	6,3	7,0	5,4	5,8
Distrito Federal	0,2	0,2	11,2	11,2	15,2	15,2
São Paulo	15,8	13,4	30,6	35,9	23,2	25,2
TOTAL DESTAS UNIDA- DES FEDERADAS	36,9	32,6	57,9	63,9	55,1	57,7

FONTE DOS NÚMEROS ABSOLUTOS: Serviço Nacional de Recenseamento, I. B. G. E.

O dado relativo ao Setor primário para 1950 foi ajustado pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas.